

4

Explorando e Problematizando a Construção do Estado Soberano Uzbeque no Pós-Guerra Fria: Securitização, Comunidade Política e as Ameaças do Neoimperialismo Russo e do Islã Político

A movimentação política e o crescente pluralismo verificados na União Soviética sob a administração Gorbachev permitiram, ao fim e ao cabo, às quinze repúblicas nacionais tornarem-se Estados reconhecidos internacionalmente. Entre 31 de agosto e dezembro de 1991, as cinco repúblicas centro-asiáticas declararam suas independências e em 1992 elas foram aceitas como membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE), posteriormente transformada na Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE). Tal reconhecimento marcou a entrada desses novos Estados na sociedade internacional no mundo transformado do pós-Guerra Fria.

Esse último capítulo substantivo de nossa pesquisa tem por objetivo a exploração da construção do Estado uzbeque, em particular, nos primeiros quinze anos de sua independência, concentrando-nos sobre um aspecto particular desse processo, qual seja, a construção da comunidade política e do Estado (das instituições estatais) a partir da dinâmica interna-externa de securitização de duas questões importantes e ameaçadoras para as elites do Estado. Elas são o que o presidente uzbeque, Islam Karimov (1998, caps. 2 e 3), denominou de o perigo do “extremismo religioso e do fundamentalismo” (ou da “politização virulenta do Islã” [Karimov, 1998, p. 15]) e o perigo do “chauvinismo de grandes potências e do nacionalismo agressivo” (em óbvia referência à Rússia).

A exploração desses processos de securitização (identificação de ameaças e ação política para combatê-las) será levada a efeito à luz da teorização da Escola de Copenhague e, particularmente, da problematização de algumas dimensões fundamentais de seu argumento que realizamos no segundo capítulo, especialmente em relação à problemática Estado-comunidade política-segurança. Dentro dessa problemática, iremos nos concentrar sobre a relação entre Estado e comunidade política e a suposta quebra das regras que definem a normalidade do

jogo político elencada pela Escola como critério definidor de um processo de securitização efetivo.

Para tanto, destarte, o capítulo será organizado em quatro seções. Na primeira seção, exploraremos o processo de independência do Estado uzbeque um pouco mais detidamente, concentrando-nos sobre as instituições políticas nacionais construídas após o ocaso do Estado soviético e salientando a notável continuidade da herança das práticas políticas soviéticas nas novas formações institucionais. Esse primeiro passo é fundamental para embarcarmos na etapa seguinte, qual seja, a segunda seção, na qual retomaremos a discussão de Giddens sobre as categorias de Estados, explorando o seu vínculo com a problemática da relação entre Estado e comunidade política, o que nos permitirá, por sua vez, criticar o requisito de violação aceita das regras do jogo político para qualificarmos processos de securitização em andamento. Essa problematização da concepção da relação entre Estado e comunidade política embutida, de forma não explícita, no arcabouço teórico da Escola de Copenhague não indica, de forma alguma, a nossa rejeição de sua contribuição para o estudo sistemático da segurança em Relações Internacionais, mas tão-somente a tentativa de incrementar ou fazer avançar esse arcabouço que consideramos rico e promissor.

Ademais, por termos identificado o presidente Karimov como o homem forte e quase todo-poderoso do regime, e salientarmos o fato da utilização de suas prerrogativas para promulgar legislação altamente repressiva da prática religiosa em seu país, argumentaremos que o ordenamento jurídico do Estado, potencial identificador da normalidade do político dentro daquelas fronteiras políticas, não o identificará por não ter sido produto de uma identidade coletiva ou cultura nacional da qual o Estado e as normas jurídicas seriam a expressão institucional. Em outras palavras, o ordenamento jurídico uzbeque não pode ser identificador do normal do político naquele Estado – *apesar de ser, sim, identificador das regras políticas lá vigentes* – porque ele ainda não se consolidou como Estado-nação representativo dos indivíduos ou da coletividade que constitui a sociedade uzbeque, sendo esse um pressuposto embutido na teorização sobre securitização da Escola de Copenhague.

Argumentaremos que é a ação excepcional ou emergencial (e não a aceitação pela audiência, a qual diz respeito tão-somente à reprodução no tempo das mudanças geradas) que constitui e gera os elementos fundamentais do

processo de securitização, quais sejam, a transformações das relações políticas entre Estado e súditos, as decorrentes extensão do controle estatal sobre a sociedade e demarcação da comunidade política (exclusão violenta de alguns grupos do vínculo político com o Estado), bem como o seu impacto final sobre a construção do Estado (transformações das instituições políticas estatais).

Tendo realizado esses passos, procederemos, então, à exploração das duas ameaças identificadas pelas elites estatais uzbeques, salientando a relação entre as respostas a essas ameaças e a construção do Estado. Na terceira seção, portanto, investigaremos as ações do Estado uzbeque em relação à ameaça percebida do neoimperialismo russo tanto no nível da política externa uzbeque para a Rússia quanto das ações internas contra as influências da herança russa, como a língua e o *status* dos russos remanescentes, por exemplo. Iremos argumentar que essa ameaça veio a ceder ao ser subordinada à percepção da gravidade da ameaça do Islã político e da necessidade de auxílio no combate a ela, inclusive auxílio russo, particularmente após os atentados a bomba ocorridos na Praça da Independência na capital Tashkent em fevereiro de 1999. Demonstraremos que essas ameaças vieram a estar, portanto, hierarquicamente vinculadas uma à outra. Argumentaremos que esse processo não atingiu os limites de uma relação deflagrada de inimizade entre uzbeques e russos, mas que, todavia, produziu efeitos na relação entre o Estado uzbeque e os seus súditos, engendrando o princípio de um movimento de etnicização da política naquele país.

Na quarta seção do capítulo, iremos investigar a identificação do Islã político como ameaça à sobrevivência do Estado uzbeque e suas ações extremamente repressivas para combatê-lo. Ao identificarem qualquer vinculação entre Islã e mobilização política como a maior ameaça à existência do Estado e ao proibirem e combaterem qualquer prática pública (e também privada) religiosa não autorizada, as elites políticas uzbeques geraram uma polarização tal entre governo e islamitas que vieram a provocar a crescente radicalização desses grupos, produzindo uma relação de inimizade, nos termos schmittianos, aparentemente inegociável. Argumentaremos que a identificação da religião (da prática e das crenças religiosas, islâmicas, principalmente) pelas elites estatais como ameaça à sobrevivência do Estado engendrou um processo de exclusão violenta (perseguição) de praticantes da religião, reduzindo suas liberdades e seus direitos (aqueles anteriormente vigentes) e efetivamente produzindo uma

laicização das instituições políticas estatais (separação cabal entre religião e política).

Por fim, iremos demonstrar que esse processo de securitização e de demarcação da comunidade de cidadãos (ou de redução de suas prerrogativas políticas) pelo Estado uzbeque tem sofrido, particularmente após os eventos de maio de 2005 em Andijan, intervenção da sociedade internacional na tentativa de prevenir o tratamento altamente violento da população uzbeque pelo Estado, mesmo que tal intervenção possa comprometer as relações com esse Estado e a estabilidade da região, e mesmo a continuidade da participação dos uzbeques na “guerra contra o terror”.

4.1

O Estado Uzbeque e a Herança das Instituições Políticas Soviéticas

Conforme descrevemos sucintamente no capítulo anterior, os processos de independência das repúblicas soviéticas da Ásia Central ocorreram não como resultados da ação de movimentos nacionalistas nativos, mas como consequência da mobilização nacionalista empreendida alhures e também como decorrência do golpe frustrado de agosto de 1991⁸³. Ao perceberem que o Estado soviético perdera toda sua legitimidade e capacidade de sustentação, os líderes dos partidos locais, rapidamente transformados em presidentes de suas repúblicas, decidiram aceitar o aparentemente irresistível curso em direção à independência. O Uzbequistão foi a primeira república centro-asiática a proclamar sua independência da União Soviética, fato ocorrido em 31 de agosto de 1991, e a dissolver o partido comunista uzbeque sob a liderança do então primeiro secretário do partido comunista republicano (e, posteriormente, presidente “eleito”) Islam Karimov, cuja segunda extensão de mandato o fará presidente até, pelo menos, 2007.

Islam Karimov, o homem forte do Uzbequistão contemporâneo, deve sua ascensão ao cargo de primeiro secretário do partido comunista republicano – em larga medida – aos expurgos da maior parte dos quadros do partido dentro da

⁸³ A esse respeito, a especialista em Ásia Central, Martha Brill Olcott (2005, p. 3-4), salienta o fato de que a ausência de um movimento nativo de luta pela independência produziu presidentes que, geralmente, não possuem a “legitimidade política obtida através da liderança de uma luta pela independência nacional”.

ampla campanha contra a corrupção na URSS e, particularmente, no Uzbequistão após a emergência do “caso Rashidov”. Nascido em janeiro de 1938, Karimov teve formação técnica em engenharia, com doutorado em ciências econômicas, e desenvolveu uma carreira dentro da burocracia do partido comunista (Bohr, 1998, p. 4).

Antes de 1983, a carreira de Karimov era basicamente a de um tecnocrata: aos 22 anos de idade, ele ingressou, como engenheiro, na Fábrica de Aviação de Tashkent, na qual permaneceu por seis anos trabalhando na área de contabilidade e finanças; em 1966, ele foi transferido para o escritório da Agência de Planejamento Estatal (Gosplan) uzbeque, em que permaneceu por dezessete anos e onde se tornou uma figura importante (Kangas, 2001, p. 133). Após a morte de Rashidov em 1983 e a nomeação quase imediata de Imanjon Usmankhojaev como sucessor designado por Moscou, dado que ele não possuía vínculos estreitos com seu predecessor, Karimov foi nomeado ministro das finanças e, em 1986, chefe da filial uzbeque da Gosplan e vice-chefe de Estado.

Com a substituição de Usmankhojaev por Rafik Nishanov em 1988, Karimov foi demovido e transferido para Kashkadarya como chefe do *obkom* (comitê regional do partido). Após a exoneração de Nishanov no ano seguinte, em particular devido ao seu fracasso em prevenir os embates interétnicos entre uzbeques e turcos meshkétios em Fergana em junho de 1989, Karimov foi não somente considerado, mas eleito pelo comitê central do partido como o novo primeiro secretário em fins de julho. Sua eleição se deveu, em larga medida, ao fato de Karimov não ter possuído ligações com o escândalo do algodão e nem com elites regionais mais tradicionais (Kangas, *ibid*, Ilkhamov, 2004, p. 178). Apesar disso, Karimov obteve o apoio de duas figuras importantes e representativas de certas elites locais. Eles eram o ministro do gerenciamento hídrico e nativo de Samarcanda, como Karimov, Ismail Djurabekov, e Shukrullo Mirsaidov, o prefeito de Tashkent e colega de Karimov. De certa forma, certas elites regionais, que haviam perdido o controle e o acesso às indústrias da irrigação e do algodão após a campanha anticorrupção de Moscou, esperaram recuperar seu acesso através de Karimov. Mirsaidov e Djurabekov tornaram-se primeiro-ministro e vice-primeiro ministro uzbeques logo após a independência (Ilkhamov, *Ibid*).

Karimov fez uso de suas prerrogativas como presidente para efetivamente impedir candidaturas rivais à presidência da república nas eleições de dezembro de 1991. No caso do Uzbequistão, as frentes populares, inspiradas no exemplo dos países bálticos, produziram duas organizações principais: o Movimento Popular Birlik (Unidade) e o partido Erk (Liberdade). O primeiro foi fundado em 1988 por um grupo de intelectuais de Tashkent e tinha como programa demandas similares àquelas das frentes bálticas, as quais eram veiculadas em protestos públicos: transformação do uzbeque em língua oficial da república, exortação pelo fim da monocultura do algodão, pressão pela legalização do partido etc. (Bohr, 1998, p. 12, Carrère d'Encausse, 1993, p. 132). Em 1990, sob a liderança do poeta Muhammad Solih, um grupo se desligou do movimento Birlik para fundar o partido Erk, o qual enfatizava a necessidade da formação de uma frente parlamentar de oposição em detrimento dos protestos públicos (Bohr, *ibid*).

Acredita-se que uma certa cooperação com o governo republicano, algo criticado pelo movimento Birlik, foi responsável pela obtenção do registro do partido Erk como partido político em setembro de 1991. Birlik, por sua vez, foi oficialmente reconhecido pelo governo como movimento social em novembro de 1991, quando a lei relativa à eleição do presidente da república uzbeque foi aprovada (*Ibid*, p. 12-3). Essa lei era, de certa forma, a contrapartida local da lei de reforma eleitoral aprovada no âmbito da União em dezembro de 1988 (Carrère d'Encausse, 1993, p. 135-36). A lei uzbeque, promulgada em 18 de novembro, estabelecia que organizações não-partidárias deveriam recolher 60.000 assinaturas para submeter um candidato à Comissão Eleitoral Central até a data de 3 de dezembro. Dado que as regras para a coleta de assinaturas foram publicadas tão somente no dia 26 de novembro, os postulantes obtiveram apenas uma semana para realizar a coleta. Líderes do movimento Birlik, impedidos de registrarem o partido político Birlik porque este nome já havia sido registrado como “movimento social”, afirmaram ter conseguido mais do que o número requerido de assinaturas, 25.000 das quais foram rejeitadas pelo governo (Bohr, 1998, p. 13, nota 6), o que resultou na candidatura única de Islam Karimov à presidência da República do Uzbequistão. Este seria apenas a primeira grande mostra da disposição de utilização, por Karimov, de suas prerrogativas políticas e legiferantes – particularmente através de reformas administrativas e legais – para se manter no poder e destruir a oposição a ele (Ilkhamov, 2004, p. 163).

Em 1993, o presidente Karimov promulgou um decreto que requereu um novo processo de registro de todas as organizações públicas e todos os partidos políticos oficialmente registrados, sob pena de serem suspensos. Os partidos que claramente apoiavam o governo, como o partido do presidente e sucessor do partido comunista, o Partido Democrático Popular (PDP), e o Partido do Progresso da Pátria (PPP – *Progress of the Homeland/Fatherland Party*), foram imediatamente re-registrados. Birlík teve seu pedido de registro novamente negado pelo ministério da justiça, permanecendo sem *status* oficial, e o partido Erk, ao se recusar a se re-submeter ao processo de registro, considerado por ele inconstitucional, perdeu tal *status*. Além disso, vários partidos e movimentos sociais perderam o registro ou foram impedidos de se registrar e, por outro lado, vários partidos aprovados pelo governo surgiram. A lei sobre partidos políticos, aprovada em 1996, além de impedir o registro de partidos com base étnica ou religiosa, requer que todos os partidos obtenham registro do ministério da justiça, o que permitiu ao governo simplesmente negar um sem-número de pedidos⁸⁴ (Bohr, 1998, p. 10-13, Kangas, 2001, p. 136).

Através dessas medidas, a maioria dos opositores políticos do regime foi forçada a adentrar a clandestinidade ou a se exilar, o que ocorreu com as lideranças do movimento Birlík e do partido Erk. O próprio (primeiro e único) vice-presidente uzbeque, Mirsaidov, foi exonerado do cargo ao ter se envolvido na confecção de uma petição apresentada em fins de 1991 no parlamento uzbeque – a *Oliy Majlis* (Assembleia Suprema), que passou a ser bicameral após reforma em 2001 – que exigiu a resignação do presidente pelo fato de ele ser um vestígio ou remanescente da era comunista (Kangas, *ibid*, p. 140-1, Bohr, *ibid*, p. 13-4).

Islam Karimov veio a acumular prerrogativas e poder político particularmente através dos poderes outorgados a ele pela constituição da república uzbeque, promulgada em dezembro de 1992. A república uzbeque

⁸⁴ Annette Bohr (1998, p. 10) nos relata que, para serem considerados para registro, os partidos devem recolher um mínimo de 5.000 assinaturas de cidadãos em – no mínimo – oito das catorze regiões administrativas uzbeques. Alisher Ilkhamov (2004, p. 164-5) nota que uma outra exigência da nova lei referente aos partidos políticos é que para qualquer organização pleitear o registro, ela deve primeiramente realizar uma conferência com dez ou mais pessoas para adotar uma constituição e eleger oficiais. Todavia, o governo as impede de se registrarem tanto através da recusa da permissão para realizar uma conferência de fundação quanto através da recusa final do registro no ministério da justiça. O presidente, ademais, instituiu uma proibição da realização de protestos públicos no país como medida para incrementar seu controle, já amplo, sobre a política nacional.

reproduziu a estrutura institucional e administrativa em que se organizavam as repúblicas soviéticas, mantendo regiões (*oblast*, agora *viloyat*, em uzbeque), distritos (*raion*, agora *tuman*), cidades (*gorod*, agora *shahar*) e vilarejos⁸⁵, além de manter a antiga república autônoma do Karakalpakstão como república soberana dentro do Estado uzbeque^{86 87}. Algumas das relevantes prerrogativas do presidente uzbeque são: nomear e exonerar o primeiro-ministro, os ministros do gabinete (presidido pelo próprio presidente), os juízes das cortes superiores e dos níveis locais de administração.

Além desses cargos, o presidente indica e exonera diretamente os *hakims*⁸⁸ das regiões (*viloyatlar*) – os quais, por sua vez, indicam os hakims distritais e municipais – e da cidade de Tashkent (Bohr, *ibid*, p. 8, Constituição da República do Uzbequistão, artigo 93, parágrafo 12). Após a homologação de uma resolução do gabinete de ministros uzbeque em outubro de 1997, algumas prerrogativas dos hakims foram reduzidas: a partir de então, haveria uma padronização do número de funcionários, tetos salariais etc., decisões que estavam sob a discricção dos governadores. Tanto os *hakimiyats* (conselhos executivos) quando os conselhos legislativos (sovietes ou conselhos de deputados do povo, diretamente eleitos⁸⁹) são presididos pelos mesmos governadores e existem nos níveis regional, distrital e municipal (Bohr, *Ibid*). Segundo a constituição, após prestar serviço como

⁸⁵ Ver Luong (2004, p. 4, nota 7) sobre essas divisões. Para os termos em uzbeque, vide Bohr (1998, p. 7).

⁸⁶ A constituição da república uzbeque, em seu 17º capítulo, reconhece a república “soberana” do Karakalpakstão como parte integrante do Uzbequistão. A república do Karakalpakstão tem sua própria constituição, que não pode conflitar com a constituição uzbeque, tem sua soberania protegida pela república uzbeque e tem o direito (artigo 74) – formal, pelo menos – de se separar do Uzbequistão através da realização de um referendo nacional. As duas constituições têm o *status* de tratados internacionais, segundo a constituição uzbeque, entre as duas repúblicas. Dado o fato de que a república karakalpakstã corresponde a cerca de um terço do território do Estado uzbeque, o direito de secessão, assim como no caso das repúblicas nacionais que compunham a União Soviética, é tão-somente formal. Annette Bohr (1998, p. 8-9) salienta a improbabilidade do exercício desse direito dado o fato de que um terço da população da república karakalpakstã é etnicamente uzbeque e apenas um outro terço é karakalpak. A república possui suas próprias instituições políticas, como parlamento, corte suprema etc., e possui os menores índices de qualidade de vida do Uzbequistão.

⁸⁷ Para um mapa político do Uzbequistão e outro de suas regiões administrativas, vide os mapas 7.6 e 7.7, respectivamente, nos Anexos.

⁸⁸ Os hakims (alternativamente *hokims* ou *khokims*) são governadores, chefes ao mesmo tempo do executivo e do legislativo no nível da região, do distrito e das cidades.

⁸⁹ Candidatos só podem ser nomeados por partidos políticos registrados, pelos conselhos legislativos e pelo parlamento karakalpak (Gleason, 1997, p. 582). Roger Kangas (2001, p. 136 e 142), além de Tolipov e McDermott (2003, p. 7), salienta o fato de que “oficiais de partidos notam que o papel dos partidos não é ser combativo, mas sim representar vários interesses na legislatura de modo a efetivamente assistir as políticas do presidente”, sendo que os candidatos que “disputaram” as eleições presidenciais contra Karimov em 2000 se declararam “apoiadores leais” do presidente.

presidente, o ocupante do cargo se tornará imediatamente membro vitalício da Corte Constitucional do Uzbequistão (Gleason, 1997, p. 581, Constituição da República do Uzbequistão, artigo 97).

Todas essas prerrogativas permitiram ao presidente Islam Karimov consolidar sua posição como o homem forte do Uzbequistão, exercendo controle e influência em todos os níveis da estrutura governamental e desestruturando qualquer formação de oposição política. O presidente freqüentemente exerce sua prerrogativa de substituir os governadores regionais e, através deles, os demais (Kangas, 2001, p. 135, Ilkhamov, 2004, p. 169, Bohr, 1998, p. 24). A maior parte da burocracia uzbeque, incluindo Karimov, é composta de ex-comunistas socializados no sistema político soviético. O próprio partido do presidente, o PDP, é, de fato, o sucessor do partido comunista uzbeque, uma vez que tanto os seus quadros quanto os seus ativos e recursos foram herdados do seu antecessor soviético. Karimov, todavia, solicitou seu desligamento oficial do partido, do qual ele – então – deixou de ser o presidente, procedimento que veio a ser formalizado pela lei referente aos partidos políticos (Bohr, *ibid*, p. 11).

As ações de Karimov e a estrutura institucional do Estado uzbeque atestam o flagrante fato da notável continuidade das instituições e práticas políticas soviéticas no Uzbequistão independente. Alisher Ilkhamov demonstra, em seu interessante estudo das relações centro-periferia no Uzbequistão, essa continuidade de práticas e relações de patronagem e clientelismo entre o centro de poder e as lideranças políticas em diversos níveis governamentais. Tanto no período do império russo quanto do soviético, dois núcleos fundamentais de poder se impunham sobre duas periferias, uma vez que as governadorias e, posteriormente, as repúblicas presidiam os governos locais (Ilkhamov, 2004, p. 174).

Com o estabelecimento de lideranças republicanas longevas e leais a Moscou, particularmente no período Brejnev, aquele em que o patrimonialismo e o clientelismo locais mais se desenvolveram (Critchlow, 1991, p. 18-9), uma certa autonomia das relações políticas locais se desenvolveu em relação a Moscou, culminando mesmo com o declínio do papel dos segundos secretários (eslavos) dos partidos comunistas republicanos e com o controle crescente dos escassos recursos locais por parte das elites nativas (Ilkhamov, 2004, p. 174-5). No

Uzbequistão, essa situação se sedimentou na longa administração de Sharaf Rashidov à frente do partido comunista uzbeque.

Ilkhamov (ibid, p. 167) afirma que o único desafio consistente – além daquele representado pelos extremistas islâmicos – ao regime de Karimov advém da reação de líderes políticos em instâncias inferiores à concentração excessiva de poder sobre recursos escassos nas mãos do presidente. Essa batalha, segundo Ilkhamov (ibid), se dá, correntemente, em duas dimensões, quais sejam, nas disputas sobre a jurisdição da produção de algodão e sobre o controle do parlamento uzbeque.

O setor algodoeiro tem sido fundamental na economia uzbeque desde o período soviético, em que a república era responsável por cerca de três quartos da produção da URSS, tendo se tornado o quarto ou quinto maior produtor mundial de algodão. O setor permaneceu, obviamente, sob o controle do governo desde a independência. O governo estabeleceu cotas de terras, especialmente nas fazendas coletivas (*kolkhozes*), para a produção do algodão, o principal produto de exportação uzbeque, além de cotas de produção. A forma particular de rebeldia contra o governo a que Ilkhamov se refere é a utilização de porções de terra reservadas para a produção de algodão para a criação de gado pertencente a agentes privados e o mascaramento ou simplesmente o ocultamento de recursos produzidos ou adquiridos na contabilidade dos líderes locais, particularmente de presidentes de *kolkhozes*, o que já levou Karimov a substituir *hakims* locais, particularmente na região do fértil Vale do Fergana. Enquanto a maioria dos *hakims* regionais ficou, em média, três anos na posição entre 1993 e 2002, apenas o *hakim* da região de Andijan, cuja produção tem atendido às estipulações do governo, permanece há oito anos no cargo (Ibid, p. 168-70).

Relativamente à questão parlamentar, as eleições de 1999 para o parlamento trouxeram uma sinalização que levou o presidente a incentivar a criação de novos partidos e a transformar a *Oliy Majlis* em um parlamento bicameral. A *Oliy Majlis* foi criada em 1993, a qual foi acompanhada pela aprovação da primeira versão da lei eleitoral uzbeque, possuindo 250 assentos e permitindo aos *hakims* serem indicados pelos legislativos locais e serem empossados, quando eleitos, sem terem que pedir demissão. Os *hakims*, desde então, constituíram a maioria dos membros da Assembléia nacional uzbeque.

Em 1995, quando Karimov fomentou a criação de uma gama de novos partidos pró-governamentais⁹⁰, dentre eles o Partido Nacional Democrático Fidokorlar, o sucessor do Partido Democrático Popular em proximidade ao presidente, ele esperava obter crescente apoio e mais cadeiras no parlamento, tendência que as eleições parlamentares de 1999 contrariaram. Essa situação o levou a implementar um processo de reforma parlamentar através da proposta, apresentada numa sessão da Oliy Majlis em 25 de maio de 2000, de transformá-la na câmara baixa de um novo parlamento uzbeque bicameral. Nesse novo parlamento, a Assembléia Suprema seria composta de membros de partidos políticos e deputados independentes que trabalhariam o ano todo, enquanto que o *Oliy Kengash*, ou o Conselho Supremo, se reuniria três ou quatro vezes ao ano (como fazia o parlamento unicameral até então), sendo os seus membros eleitos dentre os deputados dos conselhos regionais, distritais e municipais. Essa proposta foi aprovada e implementada em janeiro de 2001 sob a liderança do presidente Karimov, que espera ser capaz de melhor controlar e pacificar as elites parlamentares regionais e evitar maiores desafios à consolidação de sua posição (Ilkhamov, *ibid*, p. 171 e 181).

O quadro geral que se forma diante do analista ao voltarmos nossa atenção para as estruturas institucionais e práticas políticas no Uzbequistão é a de um Estado governado autoritariamente e em que o poder político ainda é fortemente concentrado – apesar das resistências e dos desafios localizados – nas mãos do presidente, no poder há 15 anos, Islam Karimov. Por outro lado, as ações do presidente revelam o seu desconforto com a abertura de canais que venham a possibilitar ataques à sua posição e, em última instância, a queda do seu governo, o que, a essa altura do jogo político, pode vir a significar mesmo o fim de sua vida. Assim, vale destacarmos as interessantes constatações de Ilkhamov (*ibid*, p. 181, ênfase acrescentada):

“Dessa forma, a lealdade de forças regionais, e a estabilidade em geral, é obtida em grande medida como no período soviético – isto é, através da manutenção de um delicado equilíbrio entre concessões e represálias – ao invés de sê-lo através da participação massiva em um processo eleitoral democrático. O resultado é um Estado central vis-à-vis a periferia sustentado por uma precária (isto é,

⁹⁰ Essa medida foi empreendida em larga medida para diluir qualquer núcleo de oposição ao presidente e, particularmente, transmitir à sociedade internacional a aparência da vigência de um regime pluralista e democrático no Uzbequistão (Ilkhamov, 2004, p. 171, Bohr, 1998, p. 11).

continuamente renegociada) ‘estabilidade’ entre camadas do Estado que *amplamente excluem a sociedade*”⁹¹.

Esse importante fato, de que as instituições e a política uzbeque giram personalisticamente em torno de um homem⁹² e de uma reduzida elite a ele vinculada – e, em grande medida, por ele controlada –, nos fornece a base para a exploração da categorização do Estado uzbeque à luz do estudo e da terminologia de Giddens (1987) relativamente à problemática Estado-comunidade política, exploração que nos fornecerá os subsídios para, então, reavaliarmos e reutilizarmos o arcabouço teórico da Escola de Copenhague para analisarmos os atos de securitização das elites estatais uzbeques e sua relação com o processo de construção do Estado.

4.2

Problematizando a Construção do Estado em Relação à Comunidade Política e a Escola de Copenhague

Como vimos em nosso segundo capítulo, Anthony Giddens estabelece uma categorização dupla (mas na verdade tríplice, conforme argumentaremos a seguir) das organizações políticas estatais baseada, em larga medida, em um critério funcionalista – em certa medida (Onuf, 1989, p. 57) – do acúmulo e exercício de poder administrativo. O seus Estados tradicionais e modernos se distinguem – principalmente – pelas suas capacidades diferenciais de penetrar as sociedades sobre as quais exercem controle ou, em outras palavras, de governá-las (isto é, controlar as atividades rotineiras dos seus súditos). O Estado-nação de Giddens se

⁹¹ Todo esse quadro geral que desenhamos nos permite afirmar, como faz Annette Bohr (1998b, p. 142), que o Uzbequistão (bem como os outros Estados da Ásia Central) não é um Estado verdadeiramente cívico (i. e., poliárquico).

⁹² O presidente Karimov sempre enfatizou a importância ímpar da estabilidade em um país em construção (Karimov, 1998). A estabilidade, representada como um bem supremo, obviamente implica a sua extensa permanência no poder. As suas idéias têm se organizado em torno do que ele chamou de uma “ideologia da independência nacional” que, segundo ele, tem por objetivo preencher a lacuna ideológica produzida pelo fim do comunismo (Bohr, 1998, p. 20-1). Interessantemente, os bustos e as estátuas de Lênin foram derrubados e substituídos por estátuas do novo herói nacional, intensamente promovido pelo governo, o governante medieval Tamerlão. Onze monumentos foram erigidos pelo país em sua homenagem, incluindo uma grande estátua equestre na Praça da Independência em Tashkent. O ano de 1996 – o qual marca o 650º aniversário do nascimento de Timur – foi declarado o ano do Amir e um museu dedicado à dinastia timurídea foi aberto em Tashkent. Ao presidente não parece ter relevância o fato de que as conquistas de Timur foram extremamente violentas, que ele ordenava que os crânios dos mortos fossem empilhados em pirâmides para aterrorizar seus inimigos, tentando, de alguma forma, “incrementar seu próprio prestígio e sua autoridade por se apresentar como semelhante ao legendário governante” (Bohr, 1998b, p. 146).

distingue do absolutista pelo avanço em relação a ele na esfera da expansão e consolidação do aparato estatal e de suas capacidades de governar e exercer vigilância sobre os seus súditos, algo que ocorre a partir do século XIX com a instauração de processos amplos de industrialização das economias capitalistas, da industrialização da guerra e da consolidação de exércitos permanentes, isso em conjunção com a emergência do nacionalismo tanto como identidade coletiva quanto ideologia.

Todavia, o nosso recurso prévio a autores como Christian Reus-Smit e Rodney Bruce Hall se deveu, principalmente, ao fato de que a tipologia funcionalista de Giddens não problematiza aberta e teoricamente o papel das idéias e das identidades coletivas na construção e reprodução das instituições e da legitimidade do exercício do poder administrativo. É através deles que concluímos que o Estado moderno é o Estado nacionalizado, o Estado-nação de Giddens⁹³, o qual ele adequadamente percebe como distinto do Estado absolutista, mas não possui critérios mais sólidos teoricamente para distingui-los⁹⁴. Esses critérios estão vinculados à problemática Estado-comunidade política. Se considerarmos o

⁹³ Giddens (1987, p. 215-6) adequadamente considera o nacionalismo, conforme argumentamos no segundo capítulo, como eminentemente político, como vinculado, de alguma forma, ao capitalismo industrial, como possuidor de uma dinâmica psicológica não-negligenciável, envolvendo sentimentos e atitudes, e como tendo um conteúdo simbólico particular. Todavia, apesar do fato de que o Estado-nação de Giddens é um Estado nacional, ele não considera a relação entre Estados e súditos teoricamente ao não buscar entender as formas de idéias e identidades coletivas que permitiam a reprodução no tempo dos Estados tradicionais e mesmo do absolutista. A esse respeito, a crítica de Rae (2002, p. 34, ênfase acrescentada) é bastante elucidativa: “Giddens vê o Estado-nação moderno que emerge deste imperativo administrativo como uma ‘comunidade conceitual’ de um modo que os Estados tradicionais não eram [ou seja, Estados tradicionais não constituíam comunidades conceituais]. Nisso ele **ignora o papel constitutivo da cultura**, reduzindo-o ao papel de um instrumento de dominação usado para atender as necessidades administrativas do Estado-nação, e ignorando o papel que a cultura desempenhou [no processo de] construção estatal na baixa modernidade, que antecedeu a era do nacionalismo. O Estado absolutista, do qual a França de Luis XIV é tão freqüentemente considerado a epítome, também era uma ‘comunidade conceitual’ construída por meio dos recursos culturais disponíveis, os quais eram religiosos”. Rae, todavia, conforme argumentamos na nota 36 do segundo capítulo, parece incorrer no mesmo erro de Giddens.

⁹⁴ Dessa forma, o continuum – um pouco impreciso – de poder administrativo que permite a Giddens distinguir entre os seus tipos de Estado a partir de desenvolvimentos progressivos e incrementais das tecnologias de controle espaço-temporal, de vigilância e de exercício da coerção física não permite uma visualização clara das descontinuidades históricas às quais Giddens significativamente retorna. A inserção do elemento cultural (idéias e identidades coletivas) no arcabouço de Giddens nos permite, em conjunção com os elementos materiais, tecnológicos e administrativos enfatizados por ele, melhor delinear essas descontinuidades, as quais foram, em larga medida, epistêmicas. Isso re-equilibra o arcabouço de Giddens ao reduzir o seu marcante funcionalismo e ao aproximá-lo do *insight* de Onuf, já mencionado no nosso segundo capítulo, de que o exercício do poder político sempre se dá através da conjunção entre idéias (regras) e recursos materiais (tecnologias etc.). Reiterando uma constatação anterior, cultura e política estão, assim, sempre vinculadas.

Estado como manifestação institucional de uma cultura ou identidade coletiva, à luz do trabalho de Hall (1999), então podemos repensar a tipologia de Giddens (Estado tradicional, absolutista e Estado-nação) a partir, especificamente, da relação entre o Estado e os seus súditos⁹⁵.

No Estado tradicional de Giddens, conforme discutimos no segundo capítulo, a penetração da vida diária dos súditos pelo aparato estatal é bastante reduzida, sendo que o conjunto de súditos submetidos ao poder administrativo do Estado é composto de inúmeras sociedades. Os súditos desse tipo de formação organizacional política não compartilham de uma cultura coletiva ou de idéias que permitam a emergência de noções gerais de comportamento adequado e de desvio. É nesse sentido que Giddens afirma que a noção de desvio não se aplica a Estados tradicionais, exceto como noção de rebeldia contra o poder político instaurado⁹⁶. Dadas essas características, podemos, em termos da relação entre Estado e comunidade política (corpo de súditos), denominar esse tipo de Estado de *Estado multisocietal não-integrado*, um termo aparentemente complexo, mas que – assim nos parece – bem define aquela relação. Um exemplo típico desse tipo de Estado e relação é o império coletor de impostos que permite às comunidades locais o exercício continuado de suas tradições e instituições culturais⁹⁷. Não há identidade coletiva que una, aqui, Estado e súditos. A relação de dominação é limitada – em grande medida – à extração de recursos e se reproduz tão-somente através da superioridade relativa do Estado em termos de recursos de poder.

O Estado absolutista de Giddens se distingue do tradicional principalmente porque seu aparato estatal se expandiu e crescentemente se especializou (se burocratizou), sendo que as transformações e inovações tecnológicas marcadas pela expansão marítima e militar européia, pela invenção da imprensa, das

⁹⁵ Vale enfatizar que a tipologia que se segue *não é uma classificação adicional de Estados* (do ponto de vista de Giddens), mas sim da relação Estado-súditos, a qual, como argumentamos no segundo capítulo, e particularmente na nota 56, é igualmente historicamente contingente e dependente das tecnologias de poder administrativo do Estado (de sua capacidade de penetrar e controlar a sociedade) bem como das culturas, idéias e regras coletivas que a moldam. A nação como idéia e forma de identidade coletiva, por exemplo, transformou as instituições estatais e a relação Estado-súditos e, por consequência, a política intraestatal e internacional.

⁹⁶ A noção de desvio emerge, no entanto, no contexto limitado da corte ou da aristocracia que cerca o detentor do poder político.

⁹⁷ Vale, aqui, reproduzir um trecho do interessante livro de Badie (2000, p. 59) que se coaduna brilhantemente com o conceito de Estado tradicional de Giddens e com o nosso foco sobre a relação entre uma cultura central e o domínio exercido sobre povos periféricos: “O império exerce uma forte pressão entre o particular e o universal, entre a referência a uma cultura específica e a vontade de estender aquela cultura; então, por definição, ele se desdobra em um território não institucionalizado sem limites fixos”.

estatísticas, dos mapas etc., permitiram um espantoso incremento das possibilidades e do exercício da vigilância e da penetração da sociedade pelo Estado, permitindo, assim, a sua *unificação*, mesmo que precária. Nos termos de Giddens, no entanto, particularmente em relação ao Estado-nação, seria razoavelmente correto afirmar que “o resultado de tudo isso foi somente um Estado coordenado territorialmente que permaneceu relativamente fraco em relação à sua base social; ele não possuía qualquer estrutura de poder orgânica, unitária ou intensiva real até o século dezenove adentro” (Campbell, 1992, p. 53).

No entanto, relativamente aos Estados tradicionais, os quais não são, muitas vezes, nem mesmo considerados – por inúmeros autores, como van Creveld (1999), por exemplo – como Estados, o incremento do alcance do poder administrativo estatal é notável. Em termos da relação entre Estado e súditos que demarca esse tipo estatal, é digno de nota que ele se caracteriza por ter fronteiras, em contraposição a limites, os quais dão os contornos de uma sociedade razoavelmente integrada e distinta sobre a qual o Estado exerce poder administrativo. Essas sociedades são marcadas por um elevado grau de estratificação social, o qual advém de uma estrutura de idéias compartilhada e que define a cada qual o seu lugar no sistema social. Tal estratificação está na base da ausência de qualquer dotação ou conferência de subjetividade política aos súditos, os quais internalizaram os seus papéis e as suas posições sociais e não constituem, efetivamente, uma comunidade política no sentido moderno⁹⁸. Tanto os Estados absolutistas europeus quanto os Estados medievais (khanatos e Estados islâmicos) da Ásia Central, por exemplo, se caracterizam por esse tipo de estrutura e relação. Esse tipo de Estado, razoavelmente unificado em torno de monarcas (cristãos, islâmicos etc., ou seja, em torno também de alguma cultura coletiva⁹⁹), pode ser chamado de *Estado patrimonial*, termo que denota tanto a estratificação social característica dessas sociedades quanto o fato de que o soberano tem propriedade sobre os seus domínios¹⁰⁰.

⁹⁸ Tanto os Estados multisociais quanto os patrimoniais são estruturados a partir de idéias que formam culturas ou identidades coletivas. A grande diferença é que os primeiros exercem algum tipo de domínio, bastante limitado ou superficial, sobre populações periféricas (distantes) que não compartilham uma cultura com as sociedades nucleares ou centrais – ou, particularmente, com a aristocracia política – nesses Estados.

⁹⁹ Para uma interessante exploração comparativa do papel da cultura – em particular, da religião – nos processos de formação imperial liderados por Maomé e Genghis Khan, vide Khazanov (1993).

¹⁰⁰ Roger N. Kangas (2001, p. 131) reconhece claramente o fato de que, nos Estados patrimoniais e nas sociedades estratificadas da Ásia Central pré-soviética, os súditos de khans e emires não

Por fim, o Estado-nação de Giddens se distingue pela sua efetiva unificação administrativa e territorial, por sua consolidação e concentração dos meios de violência e criação de exércitos permanentes (e nacionais), e pelo fato de ele ser inerentemente poliárquico, o que se correlaciona com o fato de ele também ser nacional. O processo de corrosão e superação das idéias coletivas que sustentavam o sistema social feudal de estratificação na Europa culminou com a emergência das idéias de cidadania e nacionalidade que vieram a sustentar e legitimar um sistema político baseado na idéia fundamental de *representação política*. A profunda transformação gerada pelas idéias de nação e cidadania foi a unificação e transformação do conjunto de súditos de um Estado em uma comunidade política moderna, ou seja, em um conjunto de indivíduos dotados cultural e institucionalmente de subjetividade política, a capacidade reconhecida de mobilizar recursos políticos e de participar e intervir nos processos e nas decisões políticas através das instituições do Estado. Isso está diretamente relacionado à idéia de poliarquia como “governo pelos muitos”, o qual “envolve ‘a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos considerados como iguais políticos’” (Dahl *apud* Giddens, 1987, p. 199).

O nacionalismo e as identidades nacionais surgem não somente porque a idéia de nação foi inventada, fator indubitavelmente crucial, mas porque ela o foi no fértil contexto sócio-político da inusitada penetração estatal na vida de seus súditos concomitantemente com a unificação administrativa e a homogeneização lingüística e cultural propiciadas pela revolução da imprensa e das tecnologias de transporte e comunicação, o que permite a crescente percepção de uma especificidade cultural da comunidade política emergente, a qual conduz à busca de suas origens e à produção de sua historicidade¹⁰¹. Não é por acaso que a palavra nação tem a mesma raiz latina das palavras *nascere*, *nascimento*, indicando uma origem no passado. O *Estado nacional*, portanto, é um Estado representativo de (e responsivo à) sua comunidade política culturalmente específica, na criação da qual ele está sempre, obviamente, implicado. É por isso que o nacionalismo é

constituíam uma comunidade política no sentido moderno porque “a população como um todo permanecia apolítica e essa habilidade de ‘saber o seu lugar’ grandemente auxiliava em fazer o sistema político mais amplo funcionar”. Ele afirma, ademais, que praticamente todas as desafiantes e todas as transições políticas se originaram em embates interelites ou ocorreram através de conquista externa. É nesse sentido que Nancy Lubin (et. al., 1999, p. 40) afirma que as categorias políticas relevantes na Ásia Central pré-soviética eram “a dinastia, a religião, o clã e o território”.

¹⁰¹ Para uma exploração interessante e rica desses temas, ver Giddens (1987, p. 209-221).

um movimento intelectual sempre político, na medida em que ele “está inerentemente ligado à obtenção da autonomia administrativa da forma moderna..., não importa o quanto ele seja permeado por simbolismo de outros tipos” (Giddens, 1987, p. 220).

Essa sucinta, porém necessária, problematização das categorias de Estados de Giddens à luz da relação entre Estado e súditos nos permite, por sua vez, problematizar a concepção de Estado e de violação de regras embutida na teoria de securitização da Escola de Copenhague e também na teoria do político e da soberania de seu inspirador, Carl Schmitt. A Escola de Copenhague define a securitização como uma versão extrema da politização. Conforme afirmam Buzan, Waever and Wilde (1998, p. 23-4),

“Em teoria, qualquer questão pública pode ser localizada em um espectro variando do não-politizado (querendo dizer que o Estado não lida com ela e que ela não é, de qualquer forma, uma questão de debate público e decisão) ao politizado (querendo dizer que a questão é parte da política pública, requerendo decisão governamental e alocação de recursos ou, mais raramente, alguma forma de governança comunal) ao securitizado (querendo dizer que a questão é apresentada como uma ameaça existencial, requerendo medidas emergenciais e justificando ações [que se localizam] fora dos limites normais do procedimento político)”.

Essa dimensão crucial do argumento teórico da Escola de Copenhague nos leva a duas conclusões. A primeira é a de que, apesar dos argumentos em contrário, o arcabouço teórico da Escola é eminentemente voltado para o estudo de processos de securitização *pelo Estado*, uma vez que a definição da politização e da securitização de uma questão tem por base um *critério de público necessariamente vinculado ao Estado*. A segunda constatação é a de que o *Estado padrão em questão é um Estado nacional*, poliárquico, efetivamente responsivo à população. Tal constatação é oriunda tanto da idéia de “limites normais do político” – particularmente atribuível a Carl Schmitt – quanto da idéia de que a aceitação da identificação de uma questão como ameaça existencial (pelo Estado) é um requisito para sua securitização bem-sucedida, ou seja, institucionalizada, conforme argumentamos no segundo capítulo.

A idéia de “limites normais do político” pressupõe um Estado nacional uma vez que ela só pode ser produto de uma identidade coletiva, a qual as elites estatais compartilham e representam. Isso se deve ao fato de que no caso de ausência desse compartilhamento e dessa representação, não haveria parâmetros

comuns/coletivos do que constituiria o normal do político, mas sim uma multiplicidade deles. Por outro lado, um Estado que não é representativo, cujo conjunto de súditos não foram dotados de subjetividade política, não depende, particularmente, de aceitação de suas políticas e decisões ou mesmo de seus atos de securitização para que eles se reproduzam no tempo.

Por trás desses requisitos e limites da teoria de securitização da Escola de Copenhague subjaz uma visão schmittiana-hobbesiana do Estado que não se coaduna com o modelo de Estado nacional da contemporaneidade. George Schwab, importante analista da obra de Schmitt, afirma que ele merece ser considerado o “Hobbes do século vinte” principalmente porque na base de suas teorias se encontra a concepção hobbesiana de que a sustentação do Estado se encontra numa relação de troca com os súditos: estes oferecem sua obediência ao soberano em troca da proteção oferecida por ele (Schwab, Introdução, *apud* Schmitt, 1985, p. xxvi).

Essa concepção hobbesiana do propósito da existência do Estado, concepção subjacente à teoria decisionista da soberania de Schmitt, ignora amplamente a relação entre cultura ou identidade coletiva e política que exploramos previamente. Ela ignora, ademais, o fato de que a soberania, conforme brilhantemente argumentou Reus-Smit, não possui conteúdo propositivo específico, o qual é fornecido pelas identidades coletivas específicas que fundamentam as crenças e práticas políticas em qualquer Estado. Esse fato se torna claro quando Schmitt (1985, p. 12) afirma que “o Estado suspende a lei na exceção¹⁰² com base no seu direito de autopreservação, como se poderia dizer”. Uma organização criada com o propósito de se auto-reproduzir definitivamente não tem propósito¹⁰³. A complexa relação política e cultural de autoridade e

¹⁰² A idéia de exceção é fundamental na crítica de Schmitt às doutrinas jurídicas normativas que igualam o Estado a um ordenamento jurídico. A exceção, para Schmitt (1985, p. 6), “a qual não é [e não pode ser] codificada na ordem legal existente, pode ser mais bem caracterizada como um caso de perigo extremo, um perigo à existência do Estado, ou algo similar”.

¹⁰³ No caso de Estados multisociais e de Estados patrimoniais em particular, dizer que o Estado está em perigo e que ele tem o “direito” de sobreviver nada diz de específico sobre o perigo representado para a sociedade (os súditos) e para o seu direito de sobrevivência. A lógica por trás do Estado hobbesiano-schmittiano ignora o fato de que Estados e sociedades são conjuntos de instituições distintos e potencialmente autônomos, que os Estados podem demandar obediência sem oferecer qualquer “proteção” aos seus súditos – podendo, com frequência, constituir uma ameaça à sobrevivência deles – e que ameaças ao Estado são, por vezes, oriundas da sociedade, a qual se sente excessivamente controlada e reprimida por ele. Essa lógica é particularmente problemática para pensarmos a dinâmica da dialética do controle entre Estado e súditos após a

autorização entre Estados (ou qualquer organização política em geral) e súditos é ignorada em nome de uma poderosa argumentação que tem por base um “discurso do perigo”¹⁰⁴, como queriam os pós-modernos ou pós-estruturalistas, baseado em uma noção forjada e imaginada, tão-somente hipotética, de um suposto “estado de natureza”.

O limiar que caracteriza a exceção, para Schmitt, é extremamente elevado, uma vez que ela “é, principalmente, autoridade ilimitada, o que quer dizer a suspensão de toda a ordem existente” (Schmitt, *ibid*, p. 12) Em outras palavras, a situação de emergência, que é a exceção, produz uma competência jurisdicional ilimitada¹⁰⁵ (*Ibid*, p. 7). É interessante notar, todavia, que a noção de exceção de Schmitt não implica, como ele afirma (*ibid*), anarquia ou caos, ou seja, uma descontinuidade completa ou absoluta. Ele afirma que “toda lei é situacional” (*Ibid*, p. 13) e que toda norma geral pressupõe parâmetros de normalidade. Cabe ao soberano determinar a vigência de uma situação de normalidade, em que sua intervenção será mais improvável (Schwab, Introdução, *apud* Schmitt, *ibid*, p. xxv), quanto a existência de uma emergência que requeira medidas extraordinárias e a suspensão do ordenamento jurídico. Schmitt afirma que a exceção é diferente da anarquia ou do caos porque a “ordem no sentido jurídico ainda prevalece, mesmo que ela não seja de um tipo comum” (Schmitt, *ibid*, p. 12).

Essas considerações de Schmitt nos levam a perceber uma certa tensão no seu argumento. Para além do fato de que o seu raciocínio se aplica tão-somente a Estados despóticos não nacionais ou representativos, o reconhecimento de que a situação de exceção e emergência não constitui uma descontinuidade absoluta¹⁰⁶ revela que algumas dimensões do estado de normalidade, e das normas que o definem, permanecem. Isso entra em contradição com a idéia de exceção como

“revolução nacional”, em particular face às crenças, identidades e regras que delimitam o seu escopo.

¹⁰⁴ O discurso do perigo, como aquele do estado de natureza – de Hobbes – , dito racional (não supersticioso), gera uma lógica perniciosa: “Ironicamente, então, a superação do medo [que estrutura o perigo e o discurso] requer a institucionalização do medo” (Campbell, 1992, p. 65).

¹⁰⁵ A influência da concepção de soberania de Jean Bodin no trabalho de Schmitt é forte e explícita. Para a visão de Bodin sobre a soberania como poder absoluto e perpétuo de uma república, vide Bodin (1992, livro I, cap. 8). Para uma interessante análise do conceito de soberania em geral e em Bodin, vinculando o conceito deste à idéia anselmiana de Deus, vide Gil (2003, caps. 2 e 3).

¹⁰⁶ Uma situação de descontinuidade absoluta é, ademais, inconcebível intelectualmente, uma vez que constituiria uma situação de completa ininteligibilidade, conforme a definimos na última seção do segundo capítulo, ou seja, de impossibilidade de aplicação de quaisquer parâmetros coletivos que viessem a orientar a ação dentro de tal cenário.

suspensão completa das leis ou autoridade absoluta (ilimitada) do soberano ao mesmo tempo em que revela que toda ordem possui fundamentos ideacionais duradouros ou profundamente enraizados e institucionalizados.

Uma tensão derradeira no argumento de Schmitt é a sua percepção de que, após as revoluções de 1848 (a primavera dos povos) na Europa e a crescente mobilização dos súditos de diversos Estados tendo como base as idéias de nação e cidadania, “a legitimidade não mais existe no sentido tradicional”, uma vez que “o roialismo [*royalism*] não permanece porque não há reis” (Ibid, p. 51). Esse fato, todavia, não parece ter conduzido Schmitt à problematização dos fundamentos hobbesianos/absolutistas da sua teoria do Estado e da soberania e nem, particularmente, da relação moderna entre soberano e súditos.

Todas essas considerações nos levam à conclusão de que, no caso de Estados não-representativos e responsivos a suas populações (a seus súditos), o ordenamento jurídico não pode meramente ser considerado como a estrutura definidora dos parâmetros da normalidade política, uma vez que, como no caso do Uzbequistão, conforme iremos demonstrar, as leis são utilizadas pelas elites políticas republicanas tanto para conferir certa legitimidade – um recurso à dominação racional-legal – às ações e políticas estatais, principalmente aos olhos dos observadores políticos externos, como para crescentemente expandir suas prerrogativas em detrimento da população (leia-se “para agir *contra* a população”), que tem reduzido ou nenhum papel, direto ou indireto, na construção daquele ordenamento.

Essa constatação, ademais, nos conduz à crítica do critério de violação de normas vigentes para detectarmos um processo de securitização em curso, uma vez que a formação de agrupamentos amigo-inimigo, acompanhada de severos e violentos conflitos, pode se dar na ausência de tal violação, particularmente quando essas regras não são oriundas de um concurso das vontades ou de um processo de negociação entre governo e súditos (os ditos “cidadãos”). Na verdade, como a problemática da segurança e o processo de securitização implicam uma extensão da intervenção e do controle estatal sobre a sociedade, muitas vezes as elites estatais irão fazer uso de instrumentos legais para sustentar e legitimar racional-legalmente essa extensão, sendo esse, claramente, o caso do Uzbequistão independente. *Em outras palavras, a idéia mais crucial para o conceito de securitização, segundo nossa argumentação, não é a de transformação do*

relacionamento entre as unidades (em questão) através da quebra de regras, mas sim a de transformação desse relacionamento através da extensão do controle sobre um agrupamento humano no caso de identificação (e para a prevenção da concretização) de uma ameaça existencial, sendo que a forma específica da extensão desse controle nas organizações políticas modernas, nas quais a forma de dominação predominante é racional-legal¹⁰⁷, é a extensão das regras (necessariamente uma transformação, podendo ser uma quebra) do sistema legal através das quais as instituições políticas se manifestam¹⁰⁸.

É a partir dessas críticas e desse pano de fundo que procederemos, agora, à análise das duas ameaças, uma principalmente externa e outra interna, que têm orientado processos tensos e crescentemente violentos de demarcação da comunidade política – em outras palavras, da conferência de prerrogativas político-legais aos súditos – no Estado uzbeque no pós-Guerra Fria. A primeira ameaça, a do neoimperialismo russo, por ser eminentemente (ou aparentemente, pelo menos) externa, implica a formação de agrupamentos amigo-inimigo (alianças/alinhamentos) no nível internacional, algo não particularmente contemplado pela Escola de Copenhague, a qual não problematizou,

¹⁰⁷ Sobre as três formas típicas de dominação, e sobre a dominação racional-legal em particular, vide Weber (1999, p. 139-67, v. 1).

¹⁰⁸ Em resumo, eu argumento que as medidas excepcionais não podem ser simplesmente adotadas a partir do conjunto de regras existentes do jogo político. Se assim fosse, não haveria excepcionalidade gerada pelas ameaças identificadas e pelas respostas por elas requeridas. Só haverá excepcionalidade se as “novas” regras contradizerem regras anteriormente existentes, as quais serão extintas ou simplesmente deixarão de ser aplicadas. Esse ponto requer uma breve elaboração da problemática que relaciona exceção, politização e securitização no arcabouço teórico da Escola de Copenhague. Politização e securitização são processos, segundo a minha linha de argumentação, de extensão do controle estatal sobre a sociedade. No entanto, somente a securitização se vincula à idéia de exceção (de medidas emergenciais vinculadas à quebra de regras do jogo político), a qual está ligada especificamente a um problema (e discurso) de segurança. Todavia, a partir de nossa crítica aos excessivos requisitos que conformam a idéia de exceção em Carl Schmitt, nós problematizamos a idéia de exceção e viemos a considerá-la não como uma ruptura absoluta, no limite, do ordenamento e das instituições políticas, mas como uma extensão do controle expressa através de regras que conflitam com as anteriormente existentes (sem produzir descontinuidade absoluta ou colapso total da ordem existente). *Isto quer dizer que a idéia de exceção só faz sentido quando dela emerge uma tensão e desafios à ordem política, o que, por sua vez, nos conduz à conclusão de que o tratamento de um problema de segurança através do ordenamento e das instituições existentes, sem mudanças nas regras e práticas políticas, não constitui um processo de securitização uma vez que não envolve extensão do controle estatal sobre a sociedade.* No caso da politização, há criação de regras em uma área previamente desregulada – e não a partir de um discurso da segurança. Na securitização, há uma modificação/mudança das regras que entram em conflito com as anteriormente vigentes, modificação essa que é acompanhada por uma transformação das relações políticas entre Estado e súditos (comunidade política), a qual decorre da identificação de inimigos e da criação de relações de inimizade entre a organização política estatal (através da ação de suas elites) e grupos societais e gera uma transformações das instituições políticas estatais.

especificamente, processos internacionais de securitização (apesar de ter sucintamente discutido a securitização de objetos referenciais sistêmicos). A ameaça percebida do neoimperialismo russo produziu ações particulares do Estado uzbeque, mas ainda não ocasionou uma deflagração aberta de conflito entre os respectivos Estados, contemplando um processo que não atingiu seus limites lógicos e empíricos, mas que instaurou transformações políticas internas na forma do início de um processo de etnicização da política nacional. Conforme argumentaremos na seção seguinte, a percepção da ameaça russa foi sendo reduzida e superada pela percepção do crescente perigo representado pela “politização virulenta do Islã”, o combate à qual levou as elites uzbeques a buscar recursos e apoio dos russos.

4.3 A Construção do Estado Uzbeque e a Ameaça do Neoimperialismo Russo

Para qualquer população colonizada ou dominada por agentes externos, ou Estados colonizadores, alcançar a independência política implica, necessariamente, a ruptura dos vínculos político-administrativos que previamente os uniam. Nesse sentido, conforme as categorias de Giddens referentes às modalidades originais de formação estatal deixam transparecer, todo processo de independência de unidades políticas colonizadas e a decorrente busca de diferenciação/nacionalização da cultura e da população desses Estados se dá *contra* a herança do – e os vínculos com o – ex-colonizador. Se, por um lado, o Uzbequistão pode ser caracterizado, segundo a tipologia de Giddens, como um Estado pós-colonial, por outro lado essa caracterização tende a mitigar ou a relativizar o nosso argumento de que há, em certa medida, um processo de securitização da política e do envolvimento russo na Ásia Central pós-soviética empreendido pelo governo uzbeque. Desse ponto de vista, a suspeição e a busca de um distanciamento da Rússia seria natural – e não um sinal particular de securitização – do período imediatamente subsequente à aquisição da independência uzbeque da União Soviética; eles seriam características marcantes da existência de um Estado nacionalizante (*nationalizing state*)¹⁰⁹.

¹⁰⁹ A idéia de um Estado nacionalizante é explorada nos ensaios de Graham Smith (1998) e Annette Bohr (1998b) e é atribuída a Rogers Brubaker. Brubaker identifica esse Estado com a

Contudo, segundo o que esperamos demonstrar ou esclarecer, o Estado uzbeque levou esse processo um pouco além do mero distanciamento e da mera diferenciação ao articular discursivamente o perigo oriundo da emergência de sinais de uma postura neoimperialista russa e ao desenhar e implementar políticas que denotaram: relutância na participação de instituições multilaterais – da CEI, em especial – com presença e (possível) liderança russa; oposição a uma presença militar russa na Ásia Central; integração a um alinhamento anti-russo emergente dentro da CEI (o grupo GUUAM); proibição ou dificultamento da abertura de instituições culturais russas dentro do Estado; rejeição de qualquer papel de destaque para a língua russa (em contraste com as políticas de todos os outros Estados centro-asiáticos) no Estado etc.

Se esses elementos nos permitem perceber a conformação de uma oposição das elites uzbeques às políticas e à presença incremental russa na Ásia Central, por outro lado eles nos facilitarão a conclusão de que a identificação do perigo representado pelo neoimperialismo russo foi sendo amainada, reduzida e, finalmente, em grande medida restrita pela ascensão do Islã político como a grande ameaça percebida à sobrevivência do Estado uzbeque e pelas necessidades de auxílio e de recursos internacionais – inclusive russos – para combatê-la. Essa conclusão advém da medida em que essas políticas foram sendo transformadas em resposta a eventos específicos tidos como expressões da ameaça do extremismo islâmico. Em outras palavras, a prioridade e a premência vinculadas à identificação do Islã político como ameaça superaram e mitigaram as políticas de distanciamento e combate da presença russa na região, mas isso em uma fase

presença de elites cuja tendência é “ver o Estado como um Estado-nação ‘não-realizado’, como um Estado destinado a ser um Estado-nação... e a disposição concomitante de remediar esse defeito percebido, fazer do Estado o que ele está apropriadamente e legitimamente destinado a ser, através da promoção da língua, da cultura, da posição demográfica, do florescimento econômico ou da hegemonia política da nação que o Estado nominalmente carrega” (Brubaker *apud* Smith, 1998, p. 2). Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que um Estado nacionalizante tende a ser um Estado intensamente securitizador devido ao fato de que sempre há resistências às suas políticas de homogeneização e de busca de sedimentação do seu controle sobre a sociedade, particularmente em situações nas quais vulnerabilidades proliferam. Os capítulos específicos sobre os setores do livro de Buzan et. al. (1998) apresentam questões típicas que representam vulnerabilidades recorrentes em torno das quais atos de securitização tendem a ocorrer. Em termos do problema que apresentamos, podemos verificar, a partir da análise que se segue, que as duas lógicas, a da securitização e a do Estado nacionalizante, podem coexistir e, além disso, uma pode alavancar o avanço da outra (no caso uzbeque, a primeira estimula a sedimentação da segunda). Uma exploração mais detida, nesse momento, da questão pós-colonial, para além do que já fizemos, somente abriria mais uma complexa frente de investigação cujos benefícios não superariam os seus custos.

posterior às tensões que inicialmente (até, pelo menos, o ano 2000) marcaram aquele relacionamento.

Especificamente, o perigo da presença russa identificado pela elite governamental uzbeque pode ser inserido como uma ameaça existencial no setor militar, uma vez que não são ameaças econômicas, ambientais, societárias (identitárias) e nem políticas (ameaças ideológicas à legitimidade ou ao reconhecimento internacional do Estado) que afligem os decisores uzbeques relativamente a discursos, iniciativas e ações do governo russo.

O relacionamento entre russos e uzbeques já havia sido submetido a tensões à época da União Soviética e especialmente durante a administração Gorbachev e a sua campanha anticorrupção que alvejou os uzbeques com diferenciada ênfase. James Critchlow (1991, p. 99) relata que, à época, três questões serviam de articulação da oposição à presença russa na república, delineando o quadro de uma certa mobilização nacionalista anti-russa: o problema da russificação lingüística, o problema dos toponímicos, e o ressentimento popular contra a percebida monopolização dos melhores empregos no Uzbequistão.

A questão lingüística emergiu mais fortemente no contexto do debate público – já discutido no capítulo anterior – gerado em torno da proposta de lei, apresentada em meados de 1989, que pretendia transformar a língua uzbeque na língua oficial da república. A proposta foi veiculada pela imprensa e fortemente atacada pela intelligentsia uzbeque devido ao fato de que, começando por seu título (“Lei da RSS Uzbeque Sobre Línguas”, e não sobre a língua estatal), ela mantinha o *status* privilegiado da língua russa na república e não conferia ao uzbeque *status* superior. Os uzbeques se ressentiam das desvantagens que acompanhavam o desconhecimento da língua russa – de fato, a língua do Estado¹¹⁰ – e também o fato de que o suposto bilingüismo promovido na república não se aplicava aos russos, cuja maioria desconhecia o uzbeque (Ibid, p. 100-104, Sengupta, 2003, p. 157). A proposta se tornou lei, com algumas modificações, em fins de 1989, e apesar de ter desagradado tanto uzbeques quanto russos, terminou por efetivamente elevar o status do uzbeque ao fomentar o seu

¹¹⁰ Em torno de 80% dos servidores públicos no Uzbequistão não sabiam uzbeque; cartas escritas com o endereço em uzbeque eram devolvidas pelos correios com a nota em russo “ukazhite adres” (indique o endereço); soldados uzbeques que não dominavam russo eram humilhados nas forças armadas; Nishanov, primeiro secretário do partido substituído por Karimov em fins de julho de 1989, era criticado por não falar uzbeque corretamente etc. (Critchlow, 1991, p. 105 e p. 115, nota 3).

crescente uso pelo aparato de Estado – a despeito das dificuldades, como a ausência de instituições e profissionais de tradução qualificados, a falta de teclados de máquinas de escrever em uzbeque etc. (Critchlow, *ibid.*, p. 108).

A questão dos toponímicos se vincula à questão lingüística. Sob a perestroika e a glasnost, uzbeques passaram a criticar os nomes de lugares (cidades, vilas, ruas) que haviam sido impostos pelos soviéticos desde Moscou, sendo essa prática um traço comum da política local de qualquer colonizador. Havia 15 vilarejos denominados “Kalinin”, inúmeros lugares nomeados “Comunismo” ou “Socialismo”, bem como Pushkin, no Uzbequistão de então. Na maioria das vezes, não havia qualquer relação entre o portador do nome e o local nomeado. Além disso, os uzbeques se ressentiam da prática de substituir palavras – por vezes consideradas como resquícios medievais pelos russos – por termos russos que tinham correspondentes em língua nativa (*Ibid.*, p. 109-111).

O ressentimento contra o fato de que as melhores posições profissionais eram ocupadas basicamente por russos se originou dos padrões de migração de russos e eslavos para a região, aliados à política de Stalin – que reverteu a posição de Lênin de treinar nativos para liderarem o crescimento econômico local – de conferir a russos todos os postos relevantes, de diretores de fábricas e fazendas coletivas até as linhas de produção, restando aos nativos trabalhos menores como o de limpar o chão das fábricas (*Ibid.*, p. 113). Tal ressentimento, todavia, só pôde ser manifesto publicamente após as reformas de Gorbachev¹¹¹, quando os padrões de migração de russos para a região já haviam se revertido – no decênio de 1979-1989, registrou-se a emigração líquida de russos da região, sendo que os números de imigração atingiam a casa dos 20.000 por ano (*Ibid.*, p. 115).

Paradoxalmente, apesar da reprodução dessa situação – dessa mobilização nacionalista, particularmente forte em referência à questão lingüística – nas demais repúblicas soviéticas, os centro-asiáticos decidiram em referendo pela manutenção da URSS em 1991. Essa decisão se explica, em larga medida, pelo tipo particular de colonialismo existente no Estado soviético. Graham Smith (1998, p. 4) o denomina de “colonialismo federal”, dado que o sistema não era

¹¹¹ Especificamente, as reclamações públicas relativas à questão do espaço ocupado por profissionais russos na economia emergiram quando Karimov substituiu Nishanov em fins de julho de 1989. Após a eleição de Karimov, o comitê central do partido uzbeque e do partido da cidade de Tashkent aprovaram restrições sobre a importação de força de trabalho de fora do Uzbequistão (Critchlow, 1991, p. 113).

puramente colonial nem puramente federal. O sistema particular de especialização e integração econômica das repúblicas e a transferência de recursos promovida pela União beneficiavam, de certa forma, as repúblicas menos auto-suficientes e mais onerosas, em termos fiscais, para o Estado soviético (Carrère d'Encausse, 1993, p. 37, Smith, 1998, p. 7). Esse fato produziu diferenças marcantes no relacionamento econômico entre as diferentes repúblicas e o centro: se as mais prósperas e auto-suficientes repúblicas bálticas podiam

“alegar que as políticas econômicas redistributivas haviam trabalhado contra a prosperidade material de suas populações, para as repúblicas da Ásia Central, que eram beneficiárias líquidas do domínio soviético e que mais haviam ganhado com o ‘federalismo de bem-estar’ [*welfare federalism*] da era Brejnev, a idéia de estar sujeito a uma forma direta de colonialismo econômico dificilmente resistiria a uma avaliação mais cuidadosa” (Smith, *ibid*, p. 7-8).

Essa situação particular levou a maioria das ex-repúblicas soviéticas a participar da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), de tal forma que elas pudessem realizar a transição – um divórcio, segundo afirmam alguns analistas – para a independência política e econômica em relação à Rússia da forma mais equilibrada possível. Entretanto, à medida que a política externa da Rússia recém-independente foi se delineando, e as suas ambições de liderança e o desejo de progressiva integração das ex-repúblicas através da CEI foram crescendo, as resistências de alguns Estados às propostas e ações russas foram se consolidando. O Uzbequistão rapidamente se identificou com esse último grupo.

A CEI nasceu e logo se tornou o único fórum institucional mais amplo que congregava russos e as ex-repúblicas e através do qual os seus membros negociariam o “divórcio civilizado” (Bohr, 1998, p. 43), bem como a reaproximação e a solução de inúmeras questões pendentes, como o *status* das tropas e dos arsenais soviéticos espalhados pela região. Os seus objetivos formais eram: permitir aos membros ou Estados participantes coordenar suas políticas externas e de segurança; desenvolver um espaço econômico comum com uma política aduaneira comum; manter o controle ordenado sobre os ativos militares da antiga URSS; desenvolver redes compartilhadas de transporte e comunicações; preservar o meio-ambiente e manter a segurança ambiental; regular a política de migração; e, por fim, tomar medidas coordenadas contra o crime organizado (Olcott, Aslund e Garnett, 1999, p. 7). Esses objetivos, anunciados no Acordo de

Minsk e na Carta da CEI, estavam, contudo, em conflito com o desenho institucional da organização: se muitos dos objetivos eram integrativos, as instituições da CEI são ou apenas consultivas ou incapazes de tomar decisões vinculantes sobre os seus membros (Ibid, p. 10, Jonson, 1998, p. 20).

Se, inicialmente, o novo *status* do Estado russo gerou indefinições identitárias e de política externa que geraram confusão e ausência de prioridades, a partir de 1993 o governo Yeltsin definiu o *estrangeiro próximo* (*near abroad*) como a prioridade da política externa russa, revertendo o direcionamento inicial para o ocidente (Jonson, 1998, p. 17, Buzan e Waever, 2004, p. 404, Smith, 1998, p. 11-2). A partir de então, o governo Yeltsin progressivamente insistiu na consolidação dos instrumentos de integração tanto na área de segurança quanto na econômica, mas suas propostas foram crescentemente sendo recebidas como uma virada nacionalista ou mesmo neoimperial de sua política externa e visão para a CEI (Buzan e Waever, *ibid*, p. 205-06, Olcott, 2003, p. 5, Olcott, Aslund e Garnett, 1999, p. 11-16, Jonson, *ibid*, p. 20).

Esse movimento neoimperial se manifestou, marcadamente, em algumas políticas russas referentes tanto a questões políticas quanto econômicas. Primeiramente, por exemplo, os líderes nacionalistas do Azerbaijão, da Geórgia e de Moldova, que haviam recusado participação na CEI (Azerbaijão e Moldova haviam se retirado), restabeleceram a participação plena de seus Estados na Comunidade. Isso se deveu ao fato de que, entre 1992 e 1993, os russos apoiaram movimentos separatistas internos em cada um deles: a guerra civil com a Abkhazia foi deflagrada na Geórgia a partir de 1993, tropas armênicas invadiram o Azerbaijão e assumiram controle sobre o enclave de Nagorno-Karabakh, anexando cerca de 20% do território do país, e os separatistas da região moldava de Transdniestr, onde tropas do décimo quarto exército russo estavam estacionadas, se mobilizaram pela secessão (Olcott, Aslund e Garnett, *ibid*, p. 11-14, Olcott, 2005, p. 55).

Em 1993, o governo russo exigiu que todo Estado que pretendesse continuar integrado à zona do rublo deveria ceder ao país suas reservas de ouro. O Uzbequistão, possuidor de um quarto das reservas de ouro do espaço pós-soviético, decidiu recusar o cumprimento de tal exigência, o que o forçou a emitir sua própria moeda, o som, o que gerou uma espiral hiperinflacionária – que obrigou o governo a manter o sistema de subvenção ou de congelamento de

preços e restrições de emissão de moeda e de comércio com os vizinhos – e que produziu escassez de reservas internacionais (Bohr, 1998, p. 59, Kazemi, 2003, p. 214).

Em 1996-7, manifestações de políticos e da Duma russa exacerbaram as preocupações e as reservas dos Estados do estrangeiro próximo em relação à Rússia. Em março de 1996, a Duma aprovou uma resolução que declarava a dissolução da União Soviética inválida (Bohr, *ibid*, p. 57). Em março de 1997, Konstantin Zatulin, diretor do Instituto da CEI, sediado em Moscou, e o publicista Andranik Migranyan lançaram um manifesto que foi veiculado na mídia russa. O manifesto argüia que, para evitar o processo de desintegração do espaço pós-soviético e da liderança russa, a Federação deveria usar dos meios necessários para preveni-la, inclusive fomentando conflitos domésticos em países recalcitrantes. Em dezembro do mesmo ano, eles argumentaram que

“Para nós, apenas impulsos coercitivos (*silovye impulsy*) podem, hoje, mudar drasticamente as relações das repúblicas asiáticas pós-soviéticas com a Rússia... Apesar do crescente direcionamento anti-russo da política desses países, eles próprios têm um potencial doméstico considerável. Se a Rússia concentrasse os seus esforços em alguns desses direcionamentos, esses Estados teriam rapidamente que enfrentar uma escolha: tornarem-se amigáveis em relação à Rússia ou cessarem completamente de existir” (Jonson, 1998, p. 24, nota 22).

Na cúpula da CEI de março de 1997, os representantes de Estados membros se manifestaram fortemente contra o manifesto. O próprio presidente Karimov se manifestou em seu livro, publicado em 1997 no Uzbequistão e em 1998 nos Estados Unidos, contra esse tipo de manifestação do chauvinismo de certas agências, de certos políticos e jornalistas (Karimov, 1998, p. 34)¹¹². Karimov se refere especificamente a um editorial, redigido por dois autores então anônimos, da *Novaya Nezavisimaya Gazeta*, publicado em 26 de março de 1997, dois dias antes da reunião de chefes de Estado da CEI, realizada no dia 28. O editorial teve por título “C.E.I.: Começo ou Fim da História” (*Ibid*, p. 35). O presidente transcreve algumas recomendações desses autores:

¹¹² “Os anos recentes de desenvolvimento independente no Uzbequistão claramente ilustram a ameaça à estabilidade e à soberania de nosso Estado deste chauvinismo de grandes potência e nacionalismo agressivo, como revelado através de certos slogans, comentários e ações” (Karimov, 1998, p. 29-30).

“O envolvimento resoluto da Rússia no processo de construção estatal deveria ser oferecido às ex-repúblicas da União Soviética de modo a não permitir que elas utilizem todos os instrumentos econômicos, militares, etno-demográficos, dentre outros, para consolidar seu poder estatal em torno de uma orientação anti-russa e antiintegração. Somente medidas ativas (a desestabilização da situação política interna nas regiões... incluída) pode prevenir o processo de uma lenta (mas inevitável sob a corrente política das autoridades russas) retirada desses Estados em relação à Rússia” (Ibid, p. 35-6)¹¹³.

Devido a esses e outros fatores, as propostas de avanço dos processos de integração no âmbito da CEI não progrediram em apoio ou implementação. Na área de segurança, o Tratado de Segurança Coletiva (TSC), assinado em Tashkent em maio de 1992, apenas contou com a adesão de seis dos 11 membros originais da CEI – apesar da posterior adesão de três novos membros e da ulterior retirada, em 1999, de outros três¹¹⁴ – e passou a constituir um tipo de estrutura paralela à Comunidade (Olcott, Aslund e Garnett, 1999, p. 81). Na área econômica, com o fracasso da implementação da zona do rublo, a proposta de criação de uma união aduaneira, criada em 1995, contou com a participação de apenas quatro Estados – Rússia, Belarus, Cazaquistão e Quirguistão (o qual aderiu em 1996) – aos quais se somou o Tadjiquistão em 1999 (Olcott, 2005, p. 56, Jonson, 1998, p. 21).

Essa conjuntura preparou a CEI para a ocorrência da maior crise de sua existência. A Cúpula da CEI em Chisinau, capital de Moldova, em outubro de 1997 é considerada por vários autores como o nadir da história da organização e o prenúncio – todavia, ainda não materializado, de seu fim. A reunião foi encerrada após a realização de inúmeros discursos criticando a organização e a política russa e sem a assinatura de nenhum dos dezessete documentos que constavam da agenda. A reunião subsequente, realizada em abril de 1998 em Moscou, também fracassou em produzir a assinatura de quaisquer documentos ou comunicados conjuntos (Bohr, 1998, p. 44, Jonson, ibid, p. 21). Na cúpula de março de 1997, quando Yeltsin foi reeleito presidente do Conselho de Chefes de Estado da

¹¹³ Esses fatos reforçaram a retórica anti-russa do Uzbequistão, a qual o jornal russo *Pravda* descreveu como “‘uma campanha ideológica ampla e sem precedentes’ que estava se tornando ‘anti-russa na sua essência’” (Bohr, 1998, p. 57). Karimov (1998, p. 37) afirma que “Os autores [acima mencionados] acreditam que, usando de todos os meios de pressão, ‘a Rússia será capaz de obter grandes concessões dos países da Ásia Central e possivelmente lograr uma transformação completa do ‘status político’ da região que atenderá mais de nossos ‘interesses nacionais’ russos’. Além disso, eles estão convencidos de que ‘a pressão permanente voltada para a reorientação gradual dos regimes políticos centro-asiáticos em direção à Rússia como o principal e exclusivo centro de poder na antiga União Soviética é necessária’”.

¹¹⁴ O Uzbequistão era um membro original do TSC, mas se retirou em 1999. Exploraremos essa questão mais detidamente logo abaixo.

Comunidade, os presidentes Kuchma (da Ucrânia), Shevardnadze (da Geórgia), Aliyev (do Azerbaijão), Nazarbayev (do Cazaquistão) e Lucinschi (de Moldova) argumentaram que as relações bilaterais entre os membros haviam se mostrado mais eficientes que as multilaterais e que a CEI não mais se justificava como instrumento de cooperação (Olcott, Aslund e Garnett, 1999, p. 25)¹¹⁵.

Na cúpula de abril de 1998, quando Yeltsin já dava sinais de saúde debilitada, o magnata russo Boris Berezovsky foi indicado e empossado como secretário executivo da organização. Berezovsky veio a propor um programa de reestruturação da organização através da criação de alguns órgãos executivos e da redução dos quadros da Comunidade de 2.340 para cerca de 600 ou 700 funcionários, dentre outras medidas. A oposição de países como o Uzbequistão às reformas – oposição baseada no fato de que não queriam o fortalecimento da administração da CEI – e à própria figura do secretário executivo conduziram à sua demissão por Yeltsin em maio de 1999. Em abril daquele ano, sob o sucessor de Berezovsky, Yuri Yarov – antigo vice-primeiro-ministro russo – algumas das reformas, como a redução dos quadros da organização pela metade, foram aprovadas pelo Conselho (Ibid, p. 26-28). Mesmo após as reformas e a ascensão de Vladimir Putin à presidência da Federação Russa, a CEI continua sendo uma ferramenta ineficiente de integração; em outras palavras, a CEI constitui “uma carcaça burocrática de uma organização” (Olcott, 2005, p. 56), em grande medida irrelevante (Olcott, Aslund e Garnett, 1999)¹¹⁶.

Esse panorama histórico das relações entre russos e seus ex-concidadãos no âmbito da CEI oferece o contexto que nos permite, agora, voltar nossa atenção para esforços particulares do Uzbequistão para se opor aos desígnios russos que as elites uzbeques percebiam como manifestações de um “nacionalismo agressivo” ou do “chauvinismo de uma grande potência”. Se a postura e a retórica dos

¹¹⁵ A partir de 1996, particularmente no segundo mandato de Yeltsin, a política externa russa passou a se concentrar em estratégias econômicas no âmbito da CEI, enfocando, por exemplo, a dimensão energética da integração (Jonson, 1998, p. 19). Essa busca de desviar as atenções de uma excessiva e polêmica ênfase na dimensão política da integração, todavia, não produziu frutos, dadas as crescentes dificuldades econômicas dos russos e o fato de que – particularmente no setor energético – a Rússia e algumas das ex-repúblicas soviéticas haviam se tornado competidores por mercados, como o europeu, por exemplo.

¹¹⁶ Apesar de seu fracasso mais amplo, a CEI cumpriu com sucesso algumas tarefas relevantes, dentre as quais os autores (Olcott, Aslund e Garnett, 1999, p. 230-232) destacam: a mediação pacífica do desmantelamento da URSS (apesar da ocorrência de guerras civis em algumas repúblicas, incluindo na Rússia), a negociação relativamente pacífica das novas fronteiras e a impressionante divisão dos ativos soviéticos (incluindo a assunção das dívidas e dos créditos soviéticos pelos russos).

uzbeques contra os russos começam a se fortalecer a partir de 1993 – quando o Uzbequistão é forçado a se retirar da zona do rublo e imprimir sua própria moeda e quando os russos forçam a reentrada de alguns países na CEI a partir do apoio a movimentos separatistas – e posteriormente a se intensificar após 1996, em virtude dos eventos que já citamos, algumas medidas anti-russas já podem ser notadas a partir de 1991, ou mesmo antes. A política externa de distanciamento e, por vezes, de ataque e oposição a ações e políticas russas, teve desdobramentos internos correspondentes dentro do país.

Em 1989, após um período muito breve de existência, a Intersoiuz (União Internacional dos Povos do Uzbequistão), que havia sido criada por um grupo de russos e alguns outros membros de etnias não uzbeques em reação à crescente nativização da liderança e dos postos de gerenciamento na república, foi fechada pelas autoridades sob a acusação de “incitamento do ódio interétnico” (Bohr, 1998b, p. 158-9). À época, não havia legislação específica que proibisse a criação de movimentos sociais com base étnica. Além disso, a comunidade russa foi a última comunidade étnica relevante do Uzbequistão a ter o direito de estabelecer um centro cultural no país, fato ocorrido em 1994. Após a publicação da primeira edição do jornal do centro, ele foi proibido pelo governo uzbeque (Ibid, p. 159). Se, por um lado, a mídia no Uzbequistão é controlada e sofre constantes intervenções governamentais, por outro, em comparação com o tratamento mais liberal conferido a correspondentes e publicações de organizações ocidentais, pelo menos inicialmente, jornais e correspondentes russos freqüentemente enfrentaram ordens de fechamento e recusas de acreditação (Bohr, 1998, p. 15-6).

A medida mais impactante, todavia, para as relações com a – e o *status* interno da – comunidade russa no país foi a aprovação da nova edição da lei relativa à língua oficial do Estado, promulgada em dezembro de 1995. A nova edição da lei se diferencia da anterior por duas razões principais: (i) ao passo que a lei anterior conferia à língua russa o *status* diferenciado de língua da comunicação interétnica, a nova lei retirou qualquer *status* especial do russo no Estado uzbeque; (ii) o texto da lei revisada é consideravelmente menor do que a anterior dado que ela promove a desregulamentação de várias provisões específicas da lei de 1989 (Bohr, 1998c, p. 200-01). A nova lei reconhece o uzbeque como a língua do Estado (artigo 1º), apesar de estipular que tal fato não deve ocorrer em prejuízo dos direitos constitucionais de outras nacionalidades no

território uzbeque (artigo 2º), além de prever casos específicos para a utilização e o recurso a outras línguas (Lei Sobre a Língua do Estado *apud* Sengupta, 2003, p. 293-95). O artigo 22 da lei¹¹⁷ fornece a base para a mais radical política de mudança de toponímicos da Ásia Central, a qual buscou “eliminar a língua russa tanto quanto possível da visão pública”¹¹⁸ (Bohr, 1998, p. 21). A liderança uzbeque também manifestou a mais dura oposição à assinatura de acordos de dupla cidadania, particularmente com os russos, argumentando que tal medida conferiria privilégios às minorias não-nativas e fomentaria comportamento não patriótico (Bohr, 1998b, p. 162).

Diferentemente do ocorrido com a primeira versão da lei sobre línguas no Estado uzbeque, a segunda versão foi promulgada sem qualquer debate público, refletindo não só a ausência do pluralismo político no país como também “a posição independentista elevada em relação à Federação Russa e às estruturas da CEI”, de vez que a lei original “foi adotada quando a liderança da república ainda se vislumbrava como parte de uma união renovada” (Bohr, 1998c, p. 204). Na Ásia Central pós-soviética, o Uzbequistão é o único país em que o russo não tem qualquer *status* privilegiado ou protegido, seja pela constituição, seja pelas leis sobre línguas. Ao passo que no Turcomenistão e no Tadjiquistão o russo permanece com o *status* de língua de comunicação interétnica, no Cazaquistão e no Quirguistão, ele foi elevado ao *status* de língua oficial¹¹⁹ (Bohr, 1998b, p. 150-51).

Ao considerarmos que a população russa no Uzbequistão em 1989, ano do último censo soviético, era da ordem de 8.3% do contingente populacional total, e que, em 1996, após um período de emigração líquida de russos (cerca de 382.000, 23% da população russa), caiu para a marca de 4.1%, e que apenas 2% da população russa – segundo pesquisa realizada pela pesquisadora Annette Bohr – alegam possuir domínio excelente do uzbeque e 9% um bom conhecimento da

¹¹⁷ O artigo diz o seguinte: “A nomeação das unidades administrativas e territoriais, praças etc., se dá na língua do Estado” (Lei Sobre a Língua do Estado, artigo 22, *apud* Sengupta, 2003, p. 295).

¹¹⁸ A data inicial para a transição completa – a qual tem sido gradualmente implementada no país – para o alfabeto latino foi postergada de setembro de 2000 para setembro de 2005 (Bohr, 1998c, p. 202, Sengupta, 2003, p. 162).

¹¹⁹ No Cazaquistão, a constituição revisada de 1995 conferiu ao russo o *status* de língua oficial, ao lado da língua de Estado, o cazaque. No Quirguistão, o presidente Akaev promulgou, em 1994, um decreto que transformou o russo em língua oficial em áreas de população predominantemente russa e em áreas vitais da economia. Sua proposta de emenda constitucional que elevaria o russo ao *status* de língua oficial na república foi aprovada pela Corte Constitucional, mas não pela sessão do parlamento que a discutiu em junho de 1997.

língua, fica claro que a nova lei não só não apresenta qualquer benefício para os russos uzbeques, como os coloca em posições difíceis, inclusive reduzindo o que chamam de “segurança profissional” (*job security*) (Bohr, 1998, p. 32, Bohr, 1998c, p. 215-21). A pesquisa de Bohr ainda revela que mais de 50% dos entrevistados nas quatro regiões administrativas selecionadas indicaram que acreditam que a nova lei sobre a língua estatal produziu impactos sobre as relações étnicas no país, sendo que os grupos de russos e comunidades russófonas alegaram majoritariamente que esses impactos foram predominantemente negativos ao colocá-los em uma posição mais frágil na república, o que serviu “para enrijecer as divisões grupais [já existentes] entre uzbeques e russos” (Bohr, 1998c, p. 221-23)¹²⁰.

Se em termos de política interna comparada o Uzbequistão se destaca na Ásia Central por suas políticas nacionalizantes mais radicais que, geralmente, afetam diferencialmente as populações russas e russófonas, em termos de política externa ele se afigura como o mais independente desses Estados em relação à Rússia – apesar de não possuir fronteiras com o país, sendo o único Estado da região no período pós-soviético que jamais possuiu tropas russas em seu território (Kazemi, 2003, p. 209, Trenin, 2003, s/p¹²¹). O Uzbequistão possui as forças armadas mais consolidadas da região – com cerca de 70.000 homens –, em torno de 50% de toda a população da região, e sempre se opôs à presença militar russa, seja através de guardas de fronteira, seja através de bases (Tolipov e McDermott, 2003, Cornell, 2000, p. 127, Trenin, *ibid*). O país é auto-suficiente nos setores de petróleo e gás natural desde 1995, tendo começado a exportar produtos de petróleo para outros membros da CEI a partir de 1997 (Bohr, 1998, p. 59, Jonson, 1998, p. 9).

A partir de 1994, quando o Uzbequistão adentrou o programa Parceria pela Paz da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) juntamente com os outros Estados da Ásia Central, ele passou a buscar desenvolver vínculos mais próximos com o ocidente e com os Estados Unidos em particular. A cooperação

¹²⁰ Ao reduzir o *status* da língua russa no Estado, o governo uzbeque efetivamente reduziu prerrogativas – direitos – dos russos e das populações russófonas (tártaros, coreanos etc.) no Uzbequistão, uma vez que, apesar das provisões de salvaguarda, o russo deixou de ser oficialmente empregado e tem sido efetivamente cada vez menos utilizado em vários setores da vida pública e da economia uzbeque.

¹²¹ O texto de Trenin foi obtido em formato html, não sendo possível citar o número de suas páginas.

entre americanos e uzbeques na área militar foi lançada em 1995 e grandemente incrementada após os ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos (Tolipov e McDermott, 2003, p. 13). A OTAN e a Alemanha, em particular, se tornaram dois importantes parceiros do Uzbequistão na realização de exercícios militares conjuntos, na oferta de treinamento de oficiais uzbeques na Europa e de assistência militar etc.

O ano de 1999 foi particularmente importante para a política interna e exterior uzbeque. Em abril de 1999, o Uzbequistão anunciou em Washington, na celebração dos 50 anos de existência da OTAN, a decisão de sua retirada do Tratado de Segurança Coletiva da CEI, o Tratado de Tashkent, bem como sua concomitante adesão ao grupo denominado de GUAM. O conteúdo simbólico de tal decisão é inegável. O Uzbequistão alegou que a retirada do TSC se deu em razão do fato de que ele havia se transformado em uma ferramenta para o exercício da hegemonia russa e que, conforme Karimov havia anteriormente declarado, o país se opunha à conversão da CEI em uma aliança político-militar e à discussão de assuntos como a expansão da OTAN em reuniões da Comunidade¹²² (Akzarbadeh, 2004, p. 276, Bohr, 1998, p. 44).

O grupo GUUAM, por sua vez, surgiu de um processo de cooperação formal e aberto, estabelecido entre Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldova (o GUAM original) no contexto das discussões sobre revisões das limitações de flanco ao tratado sobre Forças Convencionais na Europa (FCE) realizadas entre 1996 e o primeiro semestre de 1997. As revisões advieram de reclamações russas de que as limitações de flanco existentes não permitiam o desdobramento necessário de forças em áreas que inspiravam preocupação na esfera da segurança. O arranjo consultivo formado em fins de 1996 entre Geórgia, Ucrânia e Azerbaijão veio a incluir Moldova, todos os quais estavam receosos em relação às concessões que as revisões fariam à Rússia, dentre as quais a percebida legitimação da presença militar russa já existente na Geórgia, na Ucrânia e em Moldova, mesmo sem consentimento da nação hospedeira. A mobilização desses países se fez sentir já na reunião da OSCE de maio de 1997, na qual o tratado foi aprovado com a provisão de que quaisquer forças lotadas fora de seus territórios nacionais necessitariam de consentimento completo da nação hospedeira. Na reunião do

¹²² Karimov declarou, por vezes, que a expansão da OTAN não apresentava qualquer ameaça para a Rússia.

Conselho da Europa em Estrasburgo em outubro de 1997, os membros do GUAM emitiram um comunicado formal anunciando a continuação do grupo, cujos membros compartilhavam visões sobre questões cruciais de segurança e sobre as vantagens da cooperação continuada (Olcott, Aslund e Garnett, 1999, p. 166-7).

Com a adesão do Uzbequistão em abril de 1999, GUAM se tornou GUUAM. O grupo, crescentemente a partir de então, passou a ser visto por analistas e por políticos, tanto russos quanto ocidentais, como a formalização de um núcleo independentista e anti-russo dentro do âmbito da CEI, gerando sua divisão em dois campos. Em outras palavras, a formação do grupo pode ser interpretada como uma exploração da prática de balanceamento contra a Rússia (Buzan e Waeber, 2004, p. 409, Akzarbadeh, 2004, p. 276, Cornell, 2000, p. 130, Gleason, 2001, p. 1089).

Esse balanceamento não possuía apenas contornos políticos. Azerbaijão e Geórgia, por exemplo, com o apoio e a parceria de países como a Turquia e também dos Estados Unidos, principalmente, bem como de grandes empresas internacionais, participaram da elaboração de propostas de construção de sistemas de transporte de petróleo e gás natural da rica região da bacia do Mar Cáspio que pudessem escoá-los para mercados necessitados, como o europeu, sem passar pelo território russo. Dado o fato de que a infra-estrutura soviética no setor foi construída para integrar as distantes regiões do enorme Estado, praticamente todas as rotas existentes atravessam território russo, permitindo à Federação não somente auferir royalties e impostos da travessia de petróleo e gás, mas também de interromper o fornecimento quando quer que decida¹²³. Além de proposta de contatos e exercícios diretos com a OTAN, membros do GUUAM propuseram o desenvolvimento de um batalhão próprio de tropas de paz (*peacekeepers*) que pudesse ser desdobrado na região da bacia do Cáspio e do Mar Negro tanto para equilibrar e dispensar a presença de tropas russas quanto para patrulhar as rotas de transporte de petróleo e gás natural, proposta que foi lançada logo antes da entrada do Uzbequistão, que incrementou as capacidades militares do grupo (Olcott, Aslund e Garnett, 1999, p. 167-8). A principal proposta, a rota que liga Baku, capital do Azerbaijão, a Tbilisi na Geórgia e, finalmente, à cidade portuária mediterrânea turca de Ceyhan, apesar das críticas e oposição russa e do fato de

¹²³ A Rússia já utilizou essa arma para fins políticos – para exercer pressão política – inúmeras vezes, particularmente contra países como Geórgia e Ucrânia.

que ela envolvia uma rota mais cara (as rotas mais rentáveis via Iran foram – obviamente – rejeitadas), foi implementada, concluída e formalmente aberta em 25 de maio de 2005 pelos presidentes do Azerbaijão, da Geórgia, do Cazaquistão, da Turquia e pelo secretário de energia estadunidense, Samuel Bodman (Eurasia Insight, 25/05/2005).

Esse “jogo” internacional, essa ampla disputa por influência política, cultural e por controle dos ricos recursos naturais da Ásia Central – e também do Cáucaso – foi denominado por Ahmed Rashid, jornalista paquistanês que tem coberto o Afeganistão e a região centro-asiática há mais de duas décadas, de “o novo grande jogo”, em clara referência à disputa russo-britânica por influência na região no século XIX, cuja “real batalha” também se concentrou sobre rotas de comunicação – particularmente estradas de ferro (Rashid, 2000, p. 146)¹²⁴.

Dentro de todo esse quadro, a Rússia parecia perder campo de ação e influência na bacia do Cáspio e na Ásia Central. Somando-se o desgaste e desvio de recursos consumidos pelos conflitos travados contra a Chechênia (1994-96 e 1999), a aguda crise financeira de 1998 e a rejeição dos mecanismos de integração aprofundada propostos no âmbito da CEI, a Rússia se viu forçada a uma situação de desengajamento involuntário da Ásia Central, o qual durou – aproximadamente – de 1997 a 2002 (Jonson, 1998, Jonson, 2001, Olcott, 2003).

O desengajamento russo foi acompanhado pela crescente influência política dos Estados Unidos, a qual foi grandemente incrementada na esteira do processo de cooperação entre americanos e centro-asiáticos no contexto da campanha militar contra o Afeganistão, iniciada em fins de 2001. Antes do 11 de setembro, todavia, o interesse e a presença estadunidenses na Ásia Central se resumiam à busca pela consolidação e influência no setor energético e à simbólica assistência financeira estadunidense que, no período entre 1992 e 2002, não atingiu a casa de três bilhões de dólares (Olcott, 2005, p. 66-7). O principal instrumento de política direta para a Ásia Central foi o *Freedom Support Act* (FSA)¹²⁵, cujos fundos eram

¹²⁴ A real relevância e efetiva ocorrência desse “novo grande jogo” têm sido exageradas por inúmeros analistas. Em termos de Ásia Central, os jogadores elencados – geralmente – são Rússia, Estados Unidos, China, Turquia, Irã, sendo que, por vezes, a Índia, o Paquistão e mesmo Israel são incluídos. Sobre esse assunto, vide Rashid (2000, parte III), Brzezinski (1997), Cornell (2000), Allison e Jonson (2001), Rumer (2002), Kleveman (2003), Menon (2003).

¹²⁵ O FREEDOM (Liberdade para a Rússia e Emergentes Democracias e Mercados Abertos Eurasianos), ou *Freedom Support Act* (Ato de Apoio à Liberdade), foi promulgado como lei em 25 de outubro de 1992 em apoio a uma gama de programas de fomento ao livre mercado e às reformas democráticas no espaço pós-soviético (Olcott, 2005, p. 298, nota 41).

destinados à construção das instituições da incipiente sociedade civil na região (Ibid, p. 67).

As preocupações e a cooperação por parte dos Estados Unidos na área de segurança, previamente ao 11 de setembro, eram muito limitadas. Até as explosões das embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia em agosto de 1998, o governo americano apoiava a aproximação e as negociações da empresa estadunidense UNOCAL e o governo Taliban, o qual, no mesmo ano, tomou a cidade setentrional de Mazar-i Sharif, próxima da fronteira com o Uzbequistão, e consolidou o seu controle sobre cerca de 90% do território afegão. Após as explosões, o governo americano bombardeou alvos afegãos e sudaneses e passou a integrar o grupo de opositores do regime Taliban, tendo a UNOCAL terminado as suas operações no país (Rashid, 2000, Olcott, 2005, p. 69-70). A presença e a assistência militar estadunidenses na região aumentaram a partir de então, tendo o Uzbequistão sido o principal beneficiário.

Após o 11 de setembro, a cooperação com a OTAN e os Estados Unidos atingiu novos níveis. A assistência americana – tanto a militar quanto aquela oferecida através dos programas da USAID e do FSA – atingiram marcas inusitadas. Os Estados Unidos assinaram acordos e estabeleceram bases militares no Uzbequistão (base de Karshi-Khanabad ou K2), no Quirguistão (base aérea de Manas) e no Tadjiquistão (bases em Dushanbe e em Kulab)¹²⁶ (Tolipov e McDermott, 2003, p. 12). A assistência militar para o Uzbequistão se concentrou sobre a segurança de fronteiras e foi oferecida através de programas da USAID, particularmente o IMET (*International Military Education and Training*), o EXBS (*Export Control and Border Security*) e o FMF (*Foreign Military Financing*) (Ibid). Após os ataques do Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU) no Quirguistão e no Uzbequistão em 1999 e 2000, os controles de fronteira foram incrementados, tendo a fronteira uzbeque-quirguiz sido particularmente fortificada. Os postos de fiscalização têm número grande de funcionários, equipamento de raios-X e aparelhos de detecção de radiação de alta tecnologia fornecidos pelos Estados Unidos (Ibid, p. 14).

Em março de 2002, Uzbequistão e Estados Unidos assinaram um acordo de parceria estratégica que colocou as relações bilaterais entre eles sobre novas bases

¹²⁶ A Alemanha também estabeleceu uma base militar na cidade uzbeque de Termez, no sul do país.

(Olcott, 2005, p. 150, Tolipov e McDermott, 2003, p. 15, Akzarbadeh, 2004). A alocação de recursos para assistência ao Uzbequistão saltou de 55.9 milhões de dólares em 2001 para 161.8 milhões em 2002. A assistência oferecida através do programa USAID saltou de 26 para 124.9 milhões de dólares no período (Olcott, 2005, p. 254-5, tabelas A5-1 e A5-2). A assistência militar oferecida através do programa IMET saltou de 494 mil para o valor estimado de um milhão de dólares no período, enquanto que o programa FMF reduziu seu auxílio de 2,445 milhões em 2001 para estimados 207 mil dólares em 2002 (Tolipov e McDermott, 2003, p. 13, tabelas 2 e 3).

A partir de 2003, no entanto, o auxílio externo estadunidense para a Ásia Central como um todo foi reduzido em várias frentes, vindo a incluir um corte de transferência de fundos no caso do Uzbequistão. Essas reduções refletem uma certa redução de importância ou prioridade conferida à Ásia Central e ao Uzbequistão em particular após a razoável estabilização do cenário interno afegão e o início da campanha contra o Iraque. O corte na assistência ao Uzbequistão em 2003 não foi decidido pelo congresso americano – que tem sido reticente no corte de fundos para auxílio externo desde o 11 de setembro – mas sim pelo Departamento de Estado, que recusou publicar a certificação de progresso na área de direitos humanos ao qual a transferência de certos fundos é vinculada. Em julho de 2004, o Secretário de Estado Colin Powell decidiu negar, novamente, a certificação ao Uzbequistão, reduzindo em US\$18 milhões a assistência financeira ao país, o qual tem sido considerado, progressivamente, um “aliado embaraçoso” (Olcott, 2005, p. 176). Esse cenário produziu uma redução progressiva da quantia oferecida em forma de assistência ao governo uzbeque: de 161.8 milhões de dólares transferidos em 2002, a quantia foi reduzida para 85.3 milhões em 2003 e 48.4 milhões em 2004. Em termos do programa USAID, a redução foi a seguinte: de 124.9 milhões em 2002 para 39.4 milhões em 2003 e 35,7 milhões em 2004 (Ibid, p. 254-5, tabelas A5-1 e A5-2).

Enquanto as relações entre uzbeques e americanos encontravam o seu auge (em 2002) e o seu progressivo declínio, as relações entre Uzbequistão e Rússia também se modificavam. Muitos autores argumentam que o princípio da guinada da posição uzbeque em relação à presença russa na Ásia Central foi marcado pela ocorrência dos atentados terroristas – presumidamente lançados contra o presidente Karimov – na Praça da Independência (sede dos poderes) em Tashkent

em 16 de fevereiro de 1999, os primeiros atentados da história do Uzbequistão independente (Lubin et. al., 1999, p. 54, Kazemi, 2003, p. 212, Cornell, 2000, p. 130-1). Seis carros bomba foram detonados pela cidade, sendo que a explosão mais poderosa ocorreu em frente ao Gabinete de Ministros na Praça, quando dois homens saltaram de um dos carros e atiraram nele com armas automáticas. O presidente não havia chegado ao local e escapou ileso, mas 13 pessoas foram mortas e 128 feridas (Lubin et. al., 1999, p. 54, Polat, 2000, p. 47-8, Rashid, 2002, p. 149-50). A sofisticação técnica dos atentados – ocorridos em uma das áreas mais protegidas do país, a Praça da Independência – gerou uma onda de distribuição de culpa e de acusações que alvejaram do governo russo aos militantes afegãos e uzbeques a dissidentes exilados (Rashid, 2002, p. 50, Polat, 2000, p. 48). Mohammed Solih¹²⁷, líder exilado do partido Erk, foi julgado e condenado à morte à sua revelia.

O nível de apreensão e medo foi consideravelmente aumentado no país após os atentados de 1999 e as incursões do MIU em 1999 e 2000 (Tolipov e McDermott, 2003, p. 8-9). Após eventos ocorridos na cidade uzbeque de Namangan, quando, em fins de dezembro, policiais uzbeques foram mortos por homens mascarados¹²⁸, o presidente Karimov viajou a Moscou, em 6 de maio de 1998, e sem aviso prévio, na tentativa de conseguir apoio em sua luta contra o fundamentalismo islâmico¹²⁹ (Lubin et. al, 1999, p. 54). Esse movimento inicial, ainda infrutífero, viria a consolidar uma aproximação com a Rússia após 2002. Mesmo nesse ano, quando os russos estabeleceram uma base militar em Kant¹³⁰, no Quirguistão, aproveitando o clima favorável à cooperação antiterrorista do pós-11 de setembro, o governo uzbeque se opôs à decisão, argumentando que ela escalaria o nível das tensões na região (Olcott, 2003, p. 6).

¹²⁷ Vale lembrar que Solih foi apresentado como candidato à presidência do Uzbequistão contra Karimov em 1991, mas não pôde concorrer oficialmente.

¹²⁸ Os eventos em Namangan, ocorridos em dezembro de 1997, serão explorados mais detalhadamente na seção seguinte.

¹²⁹ Essa decisão reflete um pouco das idiossincrasias às quais a política externa uzbeque está submetida sob Karimov que, por vezes, é inconsistente em suas decisões e políticas (Rashid, 2002, p. 85, Cornell, 2000, p. 130). A busca de auxílio russo na esteira do atentado não preveniu a retirada do Uzbequistão do TSC e nem sua adesão ao GUAM em abril de 1999. Os atentados de fevereiro de 1999 marcariam, por sua vez, somente o *início* do processo de inflexão de política uzbeque para a Rússia.

¹³⁰ A base foi aberta em 2003, conta com dez aeronaves, cerca de 500 pilotos e 1000 funcionários de apoio (Olcott, 2005, p. 188).

Efetivamente, a aproximação dos uzbeques em relação à Rússia começou a ocorrer a partir da eleição de Vladimir Putin para a presidência da Federação Russa, que assumiu uma postura bastante mais pragmática e menos agressiva e intimidadora do que a de Yeltsin (Olcott, 2003, p. 5-6, Olcott, 2005, p. 61 e 186, Eurasia Insight, 24/09/2005). A primeira viagem ao exterior de Putin, realizada logo após a sua posse em 2000, foi feita para a Ásia Central, tendo o Uzbequistão como sua primeira escala¹³¹. Desde então, o diálogo entre o Kremlin e Tashkent tem se tornado mais estável. As ofertas iniciais de auxílio russo no combate aos militantes terroristas não se materializaram, mas elas logo foram seguidas por propostas – as quais vieram a ser implementadas – de cooperação incrementada na área de segurança no âmbito da CEI (Gleason, 2001, 1091-2, Olcott, 2005, p. 187). Em 2000, o Centro Antiterrorista da CEI foi formado no Quirguistão e, em 2002, desdobrou 1.500 soldados da Rússia, do Cazaquistão, do Quirguistão e do Tadjiquistão (Olcott, *ibid*, p. 187-8), membros do Tratado de Segurança Coletiva e da organização que, após a retirada dos uzbeques em abril de 1999, foi renomeada de Organização de Segurança Coletiva.

Em fins de 1999, Rússia e Uzbequistão assinaram um acordo de cooperação na área de segurança, após o que Putin referiu-se aos uzbeques como “parceiros estratégicos” (Cornell, 2000, p. 131). Em julho de 2000, o Uzbequistão participou, como observador, de uma reunião de chefes de Estado do grupo “Cinco de Xangai” – ou Fórum de Xangai – na qual os participantes concordaram em aprofundar a cooperação em vários setores, enfatizando a área de segurança e a necessidade de reforçar a segurança e a estabilidade regionais (Gleason, 2001, p. 1092, Akzarbadeh, 2004, p. 277). Em junho de 2001, em resposta às incursões de militantes islâmicos na região e em virtude da nova ênfase dada pelo grupo ao combate ao extremismo religioso, o Uzbequistão se uniu ao “Cinco de Xangai”¹³²,

¹³¹ A atenção do governo Putin, na área de segurança, foi dirigida para o sul, no qual se identifica o eixo estratégico de maior ameaça ao país, o qual compreende a ameaça extremista islâmica que liga o Afeganistão, o Tadjiquistão (e a Ásia Central como um todo) e os rebeldes chechenos (Trenin, 2003).

¹³² O grupo “Cinco de Xangai” foi criado em 1996 por China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão especialmente para resolver disputas limítrofes entre os países-membros e reduzir o número de tropas ao longo de suas fronteiras. Ele é fruto de um processo de cooperação e de negociações iniciadas com a China em 1992. Em maio de 1991, após um processo de reaproximação e reatamento de relações, concluído em 1989, líderes soviéticos e chineses assinaram um acordo que regularizava o *status* de 98% de sua fronteira comum de 7.500 km. Em 1996 e 97, os Acordos Militares entre as Cinco Partes (*Five-Party Military Agreements*) foram assinados em Xangai e em Moscou, os quais impõem condições para o exercício de atividades

mesmo não possuindo fronteira com a China, tendo o grupo sido, então, renomeado de Organização de Cooperação de Xangai (OCX)¹³³ (Rumer, 2002, p. 61, Akzarbadeh, *ibid*, Buzan e Waever, 2004, p. 410). Esse fato marca uma inflexão na política uzbeque por se tratar da entrada do país em uma organização internacional com presença relevante russa.

Em junho de 2002, o governo uzbeque veio a anunciar a sua intenção de se retirar do grupo GUUAM, dado que – sugerem os analistas – o seu interesse de aproximação do ocidente e, particularmente, dos Estados Unidos (e de obter proteção contra a Rússia) havia sido atendido a partir dos acordos bilaterais assinados após a invasão do Afeganistão, o que refletiu, também, a melhora no relacionamento com os russos. Todavia, o governo uzbeque foi demovido de sua decisão por solicitações do governo americano que indicavam que “o GUUAM tinha um futuro e que seria melhor se o Uzbequistão fosse parte dele” (Akzarbadeh, 2004, p. 277)¹³⁴.

Em agosto de 2003, o presidente Putin encontrou-se oficialmente com o presidente Karimov em Samarcanda. Em abril de 2004, após a ocorrência de atentados terroristas no país, o presidente Karimov retribuiu o favor e foi a Moscou¹³⁵, onde os dois governos publicaram comunicados conjuntos e Karimov recebeu o apoio formal da Rússia contra a ameaça considerada comum aos dois regimes (Olcott, 2005, p. 189). Vale notar, a esse respeito, que o governo americano fez pouco além de oferecer ajuda para a captura dos responsáveis, sendo que tal auxílio somente se materializou – através do envio de alguns agentes especiais – após outra série de atentados ocorridos em julho do mesmo ano e nos quais as embaixadas americana e israelense foram alvejadas (*Ibid*, p. 179). Os russos ofereceram aos uzbeques a oportunidade de participar de operações antiterroristas conjuntas e, pela primeira vez, em 2004, Rússia e Uzbequistão

militares dentre de uma zona de 100 km da ex-fronteira sino-soviética (Burler, 1999, p. 6). Uzbequistão e Turcomenistão não participaram desses acordos porque não possuem fronteiras com a China.

¹³³ A criação da OCX foi acompanhada pela assinatura da Convenção de Xangai para o Esforço contra o Terrorismo, o Separatismo e o Extremismo (Rumer, 2002, p. 61). Os Estados Unidos solicitaram a aquisição do *status* de observador na OCX, que tem sido descrita como “a organização multilateral proeminente na região” (Eurasia Insight, 21/10/2005).

¹³⁴ A retirada do GUUAM pelo Uzbequistão, que voltou a ser GUAM, veio a se materializar em 2005 em um contexto de crescentes tensões com o governo estadunidense, drasticamente intensificadas após a violenta resposta do governo uzbeque aos protestos realizados na cidade de Andijan em maio de 2005, e de crescente cooperação com o governo russo.

¹³⁵ Karimov, descrevendo o novo Estado do relacionamento entre os dois países, afirmou que “um novo nível de confiança está se formando entre a Rússia e o Uzbequistão” (Olcott, 2005, p. 187).

concordaram com a realização de exercícios militares bilaterais. Em “um evento [que] era impensável apenas alguns anos atrás” (Eurasia Insight, 24/09/2005), os dois países empreenderam exercícios militares conjuntos entre 19 e 24 de setembro de 2005¹³⁶.

Essa guinada foi tornada possível pela forte reação de americanos e europeus contra a resposta do governo uzbeque contra protestos organizados na cidade de Andijan, no Vale do Fergana, em 12-3 de maio de 2005. Tropas do governo, segundo uma variedade de relatos, dispararam indiscriminadamente contra milhares de pessoas, a maioria absoluta das quais estava desarmada, reunidas em uma praça da cidade. O governo sistematicamente selou a cidade, impediu o acesso continuado da mídia internacional ao local e ofereceu, como versão oficial da história, o pouco plausível relato de que os eventos foram desencadeados por grupos organizados de militantes extremistas islâmicos. O desdobramento e os impactos de tais eventos serão analisados mais detidamente na próxima seção, mas vale adiantar que eles provocaram não somente um distanciamento entre o Uzbequistão e governos europeus e os Estados Unidos, culminando na retirada das tropas americanas da base uzbeque de Karshi-Khanabad, mas também o estabelecimento de sanções contra o governo uzbeque. O governo russo apoiou a versão dos fatos oferecida pelo Uzbequistão e condenou as medidas dos estadunidenses e dos europeus. Analistas afirmam que os exercícios conjuntos russo-uzbeques foram desenhados para manifestar uma preocupação comum dos dois países relativa à onda de “revoluções coloridas”¹³⁷ no espaço pós-soviético, bem como o fato de que eles foram os países da CEI que mais sofreram com atentados terroristas (Eurasia Insight, 24/09/2005).

¹³⁶ A cooperação entre a Rússia e a Ásia Central na área econômica também tem se aprofundado desde 2002. No caso da relação bilateral entre Uzbequistão e Rússia, a presença de capital russo tem sido incrementada através de investimentos nos setores energético (participação maior da Gazprom no setor de gás natural uzbeque), aeronáutico (acordo de compartilhamento de código e manutenção entre a UzbekAirways e a Aeroflote russa), de eletricidade (participação do monopólio russo RAO-UES na região) etc. (Olcott, 2005, p. 190-95). Em outubro de 2004, a Rússia convenceu os países da Ásia Central (exceto o internacionalmente neutro Turcomenistão) a aceitar sua entrada na CACO (*Central Asian Cooperation Organization*), surgida em 2001 a partir da renomeação da Organização de Cooperação Econômica da Ásia Central, criada em 1994 (Ibid, p. 196). Em 6 de outubro de 2005, anunciou-se a fusão da CACO com a Eurasec (a Comunidade Econômica Eurasiana, da qual o Uzbequistão havia se recusado a participar, e que incluía Rússia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão) (Eurasia Insight, 08/10/2005).

¹³⁷ As “revoluções coloridas” são as revoluções que culminaram com a instalação de uma nova liderança política na Ucrânia (queda de Kuchma), na Geórgia (queda de Shevardnadze) e no Quirguistão (queda de Akaev). A “revolução da tulipa”, que promoveu a queda de Akaev, ocorreu em março de 2005, compondo o contexto imediato em que se insere a dura resposta do governo Karimov aos protestos de Andijan.

Esse quadro geral que pintamos revela a concomitância da emergência da ameaça extremista terrorista no Uzbequistão e na Ásia Central com o incremento da presença estadunidense e russa na região. Relativamente ao Uzbequistão, a seqüência de atentados em 1999, 2000 e 2004, bem como a presença militar inicialmente asseguradora dos americanos – mas rapidamente frustrante em termos de seus frutos financeiros e políticos, permitiram a conformação de uma situação em que a Rússia passou a ser, progressivamente, a fonte mais confiável de apoio político e suporte militar para o governo uzbeque, particularmente no período pós-Andijan, marcado pelo crescente isolamento internacional do Uzbequistão¹³⁸.

A Rússia, que em todo o período de existência independente do Estado uzbeque tem sido sua maior parceira econômica¹³⁹, deixou de ser (pelo menos por enquanto) o potencial inimigo neoimperialista para se tornar aliada e fonte de último recurso para uma região crescentemente instável política e economicamente. De um estágio de desengajamento, a Rússia incrementou seus negócios e sua cooperação militar com os países da região, vindo a integrar e revigorar a CACO e a promover sua nova e expandida versão, além de reforçar as estruturas de cooperação na área de segurança com a criação do Centro Antiterrorista de CEI e o estabelecimento de novas bases militares na região. O

¹³⁸ Não parece ser o caso que as relações no triângulo Uzbequistão-Rússia-Estados Unidos possam ser compreendidas pela mera atribuição de vigência de uma lógica de equilíbrio de poder entre Uzbequistão e Rússia que teria levado o primeiro Estado a se aproximar dos estadunidenses. Todavia, vale lembrar que a lógica do equilíbrio de poder não é compatível somente com teorias racionalistas e realistas de Relações Internacionais, podendo, também, ser estudada, e com mais riqueza, por teorias ditas “pós-positivistas” de política internacional. Por isso, a presença de uma lógica de ação de equilíbrio de poder não invalida, por si, a teoria que utilizamos ou a análise política que confeccionamos. A rigor, é fato, por um lado, que a busca de aproximação dos Estados Unidos pelo Uzbequistão refletiu a necessidade de recursos e de um parceiro poderoso para fazer frente, interpretadas como neoimperialistas, da Rússia. Por outro lado, essa busca também refletiu a necessidade de incremento de relações com o Ocidente e a extensão do conjunto de relações a partir das quais o Uzbequistão é reconhecido internacionalmente como participante da sociedade de Estados e é dotado de recursos para se reproduzir externa e também internamente. Foi uma combinação de fatores internos (ameaça do extremismo islâmico e de grupos combatentes internos) e internacionais (a “guerra contra o terror” e contra o Afeganistão) que produziu uma inflexão nas relações dos uzbeques com a Rússia e maior aproximação dos americanos, sendo que fatores sistêmicos não foram particularmente preponderantes. Na verdade, com o passar do tempo, o Uzbequistão se tornou um embaraço para os Estados Unidos devido a questões de desrespeito aos direitos humanos e falta de democracia. O fato de que os Estados Unidos causaram um distanciamento do governo uzbeque, talvez o mais relevante da região politicamente, pelo menos do ponto de vista da “guerra contra o terror”, por conta de questões de direitos humanos complica sobremaneira os argumentos realistas sobre tal relação.

¹³⁹ A Rússia sempre foi o primeiro destino e a primeira fonte das exportações e importações uzbeques, tendo correspondido, na década de 90, a cerca de 16% do comércio exterior do Uzbequistão.

caso do arrefecimento da ameaça do neoimperialismo russo identificada – e seriamente considerada – pelo governo uzbeque demonstra o evento da superação da percepção de uma ameaça por outra. Ele demonstra, ademais, uma vinculação hierárquica entre as duas principais ameaças à existência do Estado uzbeque identificadas pelas elites estatais que o controlam.

Essa seção buscou demonstrar que as políticas uzbeques para a Rússia respondiam a uma dinâmica vinculada a condições de vulnerabilidade e identificação de ameaças oriundas de ações e discursos russos, estes nem sempre oficiais, as quais, por outro lado, produziram uma dinâmica interna de rejeição e controle dos elementos russos – da herança russa – no país. A relação dicotômica entre a busca de afastamento da Rússia e de aproximação do ocidente, e dos Estados Unidos em particular, se correlaciona diretamente com o conceito de audiência relevante da teoria da Escola de Copenhague. Como a potencial audiência interna (a sociedade uzbeque) é amplamente alijada do processo político uzbeque, ela não pode ser uma fonte de legitimação e de mobilização política em favor de uma política de resistência às pretensões russas.

A audiência relevante, ou seja, os atores cujos recursos podem servir para o combate à ameaça e à reprodução do objeto referencial da securitização no tempo, torna-se, nesse caso, a sociedade internacional, particularmente os Estados Unidos. Essa é mais uma indicação de que a integração do Estado na sociedade internacional é fundamental para sua reprodução no tempo. É elucidativo notar, ademais, que foi o apoio e os recursos ocidentais (americanos, principalmente), conjugados com a emergência de uma ameaça interna reputada superior, que permitiram uma reaproximação da Rússia com o Uzbequistão. A política externa uzbeque para a Rússia sofreu uma inflexão a partir do desenrolar de fatos e dinâmicas internas ao Uzbequistão, demonstrando, por sua vez, conforme discutimos no nosso capítulo teórico, que o Estado se reproduz interna e externamente ao mesmo tempo e que suas políticas, nas duas esferas institucionais (interna e externa), são mutuamente impactantes e respondem a processos em desenvolvimento nas duas dimensões.

O efeito desse processo sobre a demarcação da comunidade política e a construção do Estado (das instituições estatais) foi a instauração de uma dinâmica, mesmo que incipiente, de *nacionalização étnica* no Uzbequistão. Isso se revela pelas restrições impostas aos russos e às populações russófonas no país, as quais

penetraram as instituições estatais (institucionalizando-se), algo marcado pela revogação do *status* privilegiado na língua russa (e de seus falantes), pela elevação do uzbeque à posição de única língua oficial do Estado, o que engendrou tensões entre os diferentes grupos lingüísticos nele residentes. O avanço desse processo pode ter sido contido pela retração da percepção de ameaça vinculada ao Estado russo, mas não parece ter sido revertido por ele. O processo de securitização em torno dessa ameaça e os seus efeitos marcam uma descontinuidade com o passado, a qual é refletida na independência e crescente diferenciação étnica do Uzbequistão em relação aos russos, os seus antigos senhores, algo também refletido da política externa mais independentista, dentre os Estados centro-asiáticos, em relação à ex-metrópole.

A relação entre Rússia e Uzbequistão, ainda tensa e passível de ser transformada pelas idiossincrasias do governo uzbeque, tende a se estabilizar, no futuro próximo, devido à desintegração progressiva de várias avenidas do relacionamento externo do país na esteira dos eventos de Andijan. Mesmo no mundo pós-11 de setembro, todavia, tanto os Estados Unidos quanto a Europa se arriscaram a aleijar um relacionamento com o país mais importante, do ponto de vista político, militar e demográfico, da Ásia Central porque acreditam que suas ações não são toleráveis para as suas crenças coletivas sobre o dever-ser do relacionamento Estado-súditos. Fica claro, então, que massacres como o de Andijan dificilmente podem razoavelmente justificados pela ameaça do Islã político, ao exame da qual, agora, nos voltaremos.

4.4

A Construção do Estado Uzbeque e a Ameaça do Islã Político: uma Profecia Que Se Auto-Cumpre?

A relação que veio se desenvolvendo entre as elites governamentais do Estado uzbeque e a religião islâmica (os seus praticantes, na verdade) desde a independência tem sido altamente ambígua e se tornado crescentemente violenta. Ela é ambígua porque se por um lado, tanto o Estado quanto a sociedade reconhecem o Islã como um elemento fundamental da herança cultural, histórica e identitária dos uzbeques, por outro o governo o tem tratado como a principal fonte de desafios – no caso eminentemente ideológicos – e ameaças à consolidação da existência – da reprodução no tempo – desse Estado.

Apesar de identificar discursivamente apenas as correntes ditas “wahhabitas” como ameaças ao Estado, a elite governamental uzbeque conferiu tal grau de prioridade a essa ameaça que efetivamente transformou qualquer sinal de manifestação pública vinculada ao Islã em justificativa para violar direitos formalmente reconhecidos em sua constituição de inspiração ocidental e cívica – apesar das contradições nela presentes – e para violentamente reprimir sua população, exercendo, sobre ela, um nível de controle sufocante e inusitado – mesmo em comparação com o período soviético (talvez à exceção das décadas de 20 e 30 sob Stalin). As políticas governamentais contra o Islã no Uzbequistão chegaram a ser descritas como “uma das mais perigosas campanhas contra a religião organizada a ser encontrada em qualquer parte da Ásia Central pós-soviética e, talvez, até mesmo em qualquer dos vinte e sete (sic)¹⁴⁰ Estados pós-comunistas (recém-independentes)” (Beckwith, 2000, p. 1016).

A identificação do Islã político como ameaça ao Estado uzbeque pode ser definida como um problema de segurança política – ou seja, de securitização no setor político –, o qual se refere à “estabilidade organizacional da(s) ordem(ns) social(is)” (Buzan, Waever e Wilde, 1998, p. 141). Esse setor é concebido pelos autores como, talvez, o mais amplo e, portanto, uma categoria residual, uma vez que, de certa forma, toda segurança é política (todo ato de politização e de securitização é político). É nesse sentido que os autores (ibid) afirmam que, em um certo sentido, “a segurança societal, econômica, ambiental e militar realmente quer dizer ‘segurança político-societal’, ‘segurança político-econômica’ e assim por diante”.

Nesse, setor, os objetos referenciais típicos são tanto do nível das unidades políticas¹⁴¹ – principalmente os Estados territoriais na modernidade – quanto do nível sistêmico (princípios, organizações/instituições internacionais etc.). As ameaças políticas são de duas ordens fundamentais: ameaças à legitimidade

¹⁴⁰ Quinze novos Estados surgiram do colapso da URSS, e não vinte e sete.

¹⁴¹ A definição de unidade política dos autores requer que exponhamos, previamente, a sua definição de política, a qual eles tomam emprestado de um outro trabalho colaborativo de Buzan: a política é “o moldar do comportamento humano para o propósito de governar grandes grupos de pessoas” (Buzan, Jones e Little *apud* Buzan et. al., 1998, p. 142). Uma unidade política seria, então, “uma coletividade que obteve uma existência separada distinta dos seus súditos. Ela pode ser uma firma ou uma igreja, não em suas qualidades básicas como unidades religiosas ou econômicas, mas somente na medida em que ajam de acordo com a lógica política de governar grandes grupos de pessoas” (Buzan et. al., 1998, p. 143). Vale notar que essas definições se coadunam com os conceitos de organização política e poder administrativo de Giddens.

interna da unidade política (referentes a ideologias e outras idéias definidoras do Estado) e ameaças externas ao reconhecimento do Estado (à sua legitimidade externa) (Ibid, p. 144). No caso dos Estados, os governos geralmente são os atores securitizadores. Nessa situação,

“Alguma confusão tende a ser produzida pelo relacionamento entre Estado e governo. O governo é a freqüente, e freqüentemente legítima, voz do Estado. Mas o governo pode tentar usar retórica sobre a segurança do Estado quando, mais razoavelmente, há apenas uma ameaça ao próprio governo. Se há uma ameaça ao governo (à elite governante e à sua ideologia), ela é uma ameaça apenas à forma do Estado e não ao Estado como tal” (Ibid, p. 152).

Tal diferenciação entre Estado e governo é importante na medida em que os autores identificam o fato de que ameaças internas tendem a proliferar em Estados fracos. Os Estados fortes não são apenas Estados que dispõem de capacidades materiais – especialmente o monopólio da capacidade de exercer violência organizada – mas, principalmente, aqueles que são considerados legítimos pelos súditos ou pela sociedade¹⁴² (Ibid, p. 146-7). O Uzbequistão e os demais Estados da Ásia Central, por não serem efetivamente cívicos ou poliárquicos, padecem de várias vulnerabilidades que podem se converter em ameaças.

Voltando-nos para o problema específico que nos dispusemos a estudar, a representação da ameaça do Islã político discursivamente articulada pelo governo uzbeque pode ser vista como uma das categorias típicas de vulnerabilidades e ameaças identificadas por Buzan et. al. (Ibid, p. 155-59): uma ameaça intencional a um Estado (fraco) baseada em razões político-ideológicas. Faz-se mister, então, uma breve exploração do que vem a ser o Islã político e, particularmente, sua caracterização freqüente como uma ideologia política pré-moderna que ameaça as bases de sustentação dos Estados territoriais e nacionais modernos. Nessa empreitada, seguimos, basicamente, os *insights* do excelente trabalho de Olivier Roy (1994) sobre o que ele denomina de Islã político ou islamismo em referência aos movimentos políticos islâmicos que se proliferaram particularmente na segunda metade do século XX.

4.4.1 O Islã Político ou o Islamismo em Perspectiva

¹⁴² A idéia de Estado forte está claramente vinculada ao Estado-nação ou ao Estado poliárquico/representativo/nacional. Para uma exploração desse tema, vide Holsti (1996).

Segue-se, aqui, Roy (1994, p. ix) na definição do Islã político, ou de seu termo sinônimo, Islamismo¹⁴³ (*Islamism*), como o movimento contemporâneo que concebe o Islã como uma ideologia política. O islamismo é visto por Roy como um movimento historicamente contingente, um produto de seu tempo, o que contrasta com a convicção de muitos muçulmanos e também dos ditos “orientalistas” ocidentais de que o Islã é único e atemporal. Os discursos dos orientistas tendem a identificar a cultura islâmica como um empecilho à entrada dos muçulmanos na modernidade política ocidental pelo fato de ela vincular religião e política e, dessa forma, impossibilitar a emergência de espaços políticos autônomos secularizados e vinculados ao Estado de direito (Ibid, p. 7-8)¹⁴⁴. Diferentemente de considerar os movimentos islâmicos contemporâneos como uma invasão do mundo moderno pela Idade Média, Roy (ibid, p. 1) considera que “a própria modernidade produz suas formas particulares de protesto”.

Os islamitas contemporâneos são produtos de um sistema educacional não-religioso, possuem formação científica em universidades, são oriundos, em geral, de famílias urbanas e das classes médias empobrecidas. Eles vêem o Islã tanto como religião como uma ideologia política, enfatizam o elemento organizacional de seus movimentos e são adaptados aos meios urbanos, utilizando armas e tecnologias modernas de comunicação. Eles, diferentemente dos fundamentalistas¹⁴⁵ e neofundamentalistas, não buscam um retorno ao passado, à

¹⁴³ O termo “islamismo” se explica pela diferenciação entre muçulmano – um Estado muçulmano, por exemplo, tem maioria de muçulmanos – e islâmico – um Estado islâmico se funda e se organiza a partir dos preceitos do Islã (Roy, 1994, p. viii).

¹⁴⁴ Um desses autores é Bertrand Badie, que salienta a incompatibilidade entre a lógica universalista do Estado moderno e as pretensões universalistas do Islã. Particularmente, por exemplo, Badie (2000, p. 66-67) identifica uma oposição entre o princípio da territorialidade vinculado ao Estado moderno – o qual confere institucionalidade e valor às fronteiras – e a orientação universalista do Islã, a qual relativiza a idéia de fronteira uma vez que a comunidade dos crentes, a Umma, não possui uma dimensão ou expressão territorial demarcada. A idéia de Umma dá surgimento à noção do *dar al islam* – o domínio do Islã ou a área submetida a uma administração islâmica, que em termos de relações internacionais se opõe à idéia de *dar al harb* – o domínio da guerra, o espaço exterior ao Islã.

¹⁴⁵ Os fundamentalistas islâmicos são aqueles que, *stricto sensu*, buscam a implementação completa da sharia – ou lei islâmica derivada do Corão – sem preocupação particular com a natureza do sistema político em que isso se dará, permitindo a emergência *de facto* de um espaço secular (um espaço do poder, segundo Roy). Os fundamentalistas se desmembram em duas correntes: tradicionalistas e reformistas. Os tradicionalistas são aqueles que aceitam a continuidade entre os textos fundacionais e os comentários, que trabalham a partir do princípio da imitação e rejeitam qualquer inovação, sendo adeptos de uma das quatro grandes escolas jurisprudenciais islâmicas ou de formas populares do sufismo. Os reformistas, por sua vez, são os críticos da tradição, dos comentários, das práticas religiosas populares (como o culto de santos) e das

comunidade islâmica paradigmática da época do profeta e dos quatro primeiros califados¹⁴⁶, mas sim uma reapropriação da sociedade e da tecnologia modernas baseada na política. As suas formas de organização, bem como sua utilização de conceitos como revolução e partido, se devem à sua proximidade com os movimentos marxistas mobilizados do século XX (Ibid, p. 3-4).

O Islã político, ou o Islamismo, contemporâneo é uma extensão do movimento reformista salafista do século XIX. O salafismo (de “*salafiyya*”, retorno aos ancestrais) emergiu em um contexto internacional em que o Islã foi colocado na defensiva, voltando-se para a questão da resolução do problema do percebido atraso do mundo muçulmano em relação ao ocidente. Esse movimento foi além de outras correntes reformistas ao rejeitar a tradição – os comentários e extensões do Corão – as escolas legais, a filosofia, a teologia e o clero, chegando mesmo ao extremo de reivindicar – após dez séculos de tradição islâmica – o direito à interpretação individual das escrituras (*ijtihad*). Em termos políticos, contudo, o salafismo permaneceu tradicional ao não voltar sua atenção ao Estado ou à forma das unidades políticas existentes, concentrando-se sobre a idéia de reconstituição da *Umma* (ou comunidade dos crentes muçulmanos) e de restauração do califado (Ibid, p. 31-3).

O Islamismo contemporâneo estudado por Roy se baseia no pensamento e nas organizações fundadas por pensadores da primeira metade do século XX, tendo como organizações de vanguarda a Irmandade Muçulmana egípcia e o partido *Jamaat-i Islami* do Paquistão. Os islamitas contemporâneos se separam dos salafistas por sua ênfase na mobilização política¹⁴⁷, sendo sua modernidade ligada à busca por um Estado universal. Eles se diferenciam dos fundamentalistas (dos ulemas), além disso, por seu anticlericalismo, sua inclusão de mulheres (de

superstições. O wahhabismo, fundado no século XIX, na península arábica, por Abd al-Wahhab, se enquadra nessa corrente (Roy, 1994, p. 29-31). Roy ainda subdivide a corrente reformista em duas: os revolucionários (os que buscam a islamização da sociedade de cima para baixo, através do conflito político) e os reformistas, ou neofundamentalistas (que buscam primeiramente islamizar a sociedade, o que, posteriormente, produz o advento do Estado islâmico) (Ibid, p. 24).

¹⁴⁶ Nessa própria comunidade paradigmática, em torno do fim do primeiro século da hégira, surgiu, de fato, um espaço político autônomo no Islã, ou seja, uma separação entre Estado e religião manifesta na bifurcação entre o poder político dos sultões e amires e o poder religioso do califa (*khalifa*, *sucessor* do profeta). Sobre esse assunto, vide Roy (1994, p. 14-5) e, principalmente, Lapidus (1975).

¹⁴⁷ É importante notar que, conforme salienta Roy (1994, p. 6 e 115), o recurso ao terrorismo não é uma invenção islâmica, mas um produto da guinada radical dos movimentos terceiro-mundistas e revolucionários na década de 70. No caso do mundo muçulmano, até o assassinato de Sadat, em 1981, o terrorismo islâmico era um assunto político essencialmente interno. Para um interessante, consistente e rico esforço de teorização do fenômeno político terrorista, vide Diniz (2002).

chador) em seus movimentos e organizações e, no caso dos revolucionários, por uma menor insistência de aplicação imediata da sharia¹⁴⁸ (Ibid, p. 1-2, 36-8).

Roy, ao fim e ao cabo, sustenta que o Islã político fracassou em duas frentes fundamentais. Do ponto de vista da doutrina, ele se baseia em uma forte contradição que inibe a emergência de elementos inovadores: a existência de uma sociedade política islâmica é uma pré-condição para que o crente atinja a plenitude da virtude, mas requer, ao mesmo tempo, membros e líderes virtuosos para se estabelecer. Do ponto de vista histórico, nenhum movimento islâmico, e nem mesmo o Irã e o Afeganistão, foram capazes de estabelecer um novo tipo de sociedade (Ibid, p. x). Apesar dos discursos dos atores políticos islâmicos, suas ações terminaram ou por produzir esferas autônomas da política (vide a resiliência e a permanência do Estado laico no Oriente Médio) ou o retorno a formas tradicionais de segmentação sócio-política (caso do Afeganistão) (Ibid, p. 23).

4.4.2

Repressão e Radicalização do Islã no Uzbequistão: a Profecia da Securitização se Cumpre

A história do Islã e do tratamento dos praticantes da religião islâmica no Estado uzbeque independente tem sido deveras violenta. Não há dúvidas de que esses praticantes da religião e aqueles que se mobilizam em nome dela têm sido alvos dos maiores atos de violência e repressão empreendidos pelo governo do país, o qual, discursivamente, diferencia entre praticantes comuns e os ditos extremistas “wahhabitas”¹⁴⁹, mas que, empiricamente, não faz o menor esforço

¹⁴⁸ A especificidade da sharia, a lei islâmica, se verifica em suas duas características: sua autonomia em relação ao poder (ao espaço da política) e sua incompletude. A sharia independe de qualquer tipo de unidade política ou de direito positivo, clero ou igreja. Por outro lado, ela é aberta, baseada tanto em preceitos gerais quanto específicos, cobrindo, por indução, analogia, extensão, comentário e interpretação toda a gama de ações humanas. A função do juiz não é tanto aplicar um princípio quanto trazer um caso ao reino do conhecido (Roy, 1994, p. 9-10). Essa ausência de fechamento institucional tanto quanto de fechamento conceitual impediu, segundo Roy (ibid, p. 10), a emergência do totalitarismo (a absorção da esfera social pela extensão da esfera política – do poder administrativo, em outras palavras) na cultura islâmica.

¹⁴⁹ O presidente Karimov (1998, p. 24) afirma que “... idéias como o *Wahhabismo* islâmico se tornaram deceptivamente atraentes. Em períodos de estagnação, crises, e desintegração social, a popularidade das idéias inerentes no wahhabismo se revela na mobilização por justiça social extrema, nas demandas por observância estrita da ética islâmica e na rejeição do luxo e da ganância. A despeito de seu apelo ser compreensível, é uma pena que tais idéias se tornaram slogans políticos que recebem amplo apoio e continuam a se espalhar em várias áreas da Ásia Central em anos recentes”. E ele acrescenta (ibid, p. 26): “*Mas nós nunca permitiremos que slogans políticos sejam explorados na disputa pelo poder – um mero pretexto para a intervenção*”

para distingui-los e poupar os primeiros. Dirijamos nossa atenção, então, para a história desse processo para que melhor possamos compreendê-lo e julgar os atos do governo do Uzbequistão.

Aquilo que muitos autores chamam de um reavivamento do Islã na Ásia Central independente, e particularmente no Uzbequistão e no Tadjiquistão¹⁵⁰, remonta ao clima de liberalização política criado na União Soviética sob o governo de Gorbachev. Todavia, no período inicial do governo Gorbachev (1985-7), a última campanha antiislâmica foi lançada para combater as influências do “wahhabismo” entre os mullahs paralelos. Apesar do fato de que o uso do termo wahhabismo nessa circunstância ter pouco a ver com a doutrina religiosa puritana originária da Arábia Saudita¹⁵¹, começaram a emergir, à época, jovens mullahs paralelos com uma educação moderna e proponentes de um Islã mais radical e político (Roy, 2000, p. 153). A ofensiva antiislâmica inicial de Gorbachev foi a segunda no período pós-stalinista, tendo a primeira ocorrido sob Krushchev, que ordenou o fechamento de 25% das mesquitas oficiais entre 1958 e 1964. Tadjiquistão e Uzbequistão foram particularmente alvejados, onde, respectivamente, 16 de 34 e 23 de 90 mesquitas foram fechadas (Ibid, p. 150).

Após 1988, a campanha de repressão anti-religiosa subitamente cedeu, sendo que as causas dessa retração permanecem obscuras. Roy (ibid, p. 153) especula algumas: o fim da guerra e a retirada do Afeganistão teriam transformado a avaliação da ameaça islâmica à URSS; a emergência dos nacionalismos no Estado soviético e de movimentos e protestos públicos teriam forçado outras prioridades sobre o governo; e, por fim, o enfraquecimento do

na política, na economia e na legislação, porque nisso nós percebemos um sério perigo à estabilidade e à segurança de nosso estado”.

¹⁵⁰ O Islã centro-asiático é geralmente identificado com o sunismo da escola legal Hanafi, considerada, dentre as quatro existentes, a mais liberal (a mais tolerante – e que permite sincretismo – com formas e práticas culturais locais) (Polat, 2000, p. 39-40 e 245, nota 1, Roy, 2000, p. 143). O Islã do Uzbequistão e do Tadjiquistão, todavia, tende a ser mais fundamentalista, particularmente no Vale do Fergana. Isso se deve ao fato de que esses dois países da Transoxânia estão vinculados a uma área – dos oásis – de longa civilização urbana, cujo Islã é produto das madrassas (seminários islâmicos), tendo como figuras centrais os ulemas (doutores da lei), e é apoiado pela rica literatura em língua persa desenvolvida no norte da Índia na era Moghul. Nas zonas tribais – de populações predominantemente nômades –, o Islã foi introduzido mais tardiamente, por intermédio das irmandades sufistas, e incorpora mais elementos da cultura nômade túrquica e das tradições xamanistas (Roy, ibid, p. 143-4, Lubin et. al., 1999, p. 40).

¹⁵¹ Esse uso indiscriminado do termo “wahhabismo” foi inaugurado no subcontinente indiano – e estendido para a Ásia Central – no século XIX pelos Britânicos, que utilizavam o termo para se referir a qualquer fundamentalista reformista e não somente aos discípulos do fundador da seita saudita (Roy, 1994, p. 118 e 218, nota 10).

poder central nas repúblicas ampliou o grau de liberdade dos quadros locais do partido, os quais nada tinham de específico contra o Islã.

Em junho de 1990, surgiu, em Astrakhan, na Rússia, o Partido do Renascimento Islâmico (PRI). Sua plataforma se opunha aos conflitos étnicos emergentes no Estado, aceitava os parâmetros expressos na Constituição e a forma do Estado soviético, enfatizava – comumente com os fundamentalistas – a pregação e conversão dos eslavos, denunciava o clero oficial soviético, exigia a abertura de escolas islâmicas, tendo como referência básica o tradicionalismo sunita (Ibid, p. 154-5). O PRI rapidamente estabeleceu filiais no Tadjiquistão e no Uzbequistão. A filial tadjique se consolidou e se tornou um membro importante da OTU (Oposição Tadjique Unida) – que congregava opositores ditos democratas, bem como islâmicos, do governo – que travou a guerra civil de 1992-97 contra o governo comunista do país. No caso do Uzbequistão, onde o estabelecimento do partido havia sido proibido, a conferência fundadora da filial do partido, realizada em 26 de janeiro de 1991 em Tashkent, foi invadida por policiais, os quais prenderam em torno de 400 delegados sob a acusação de realizar uma assembléia não autorizada (Bohr, 1998, p. 26, Polat, 2000, p. 44, Beckwith, 2000, p. 1007). Em 1991, um mês após a invasão, a lei uzbeque sobre associações públicas foi promulgada, proibindo a formação de partidos políticos com base religiosa (Bohr, *ibid*, Polat, *ibid*). O partido continuou operando clandestinamente até a prisão e o desaparecimento de seu líder, Abdullah Otaev, originário da região de Fergana, em dezembro de 1992 (Bohr, *ibid*, Roy, 2000, p. 155). O PRI da União brevemente se desmantelou em linhas étnicas, pois buscava a manutenção da União mesmo depois das declarações de independências de várias repúblicas em 1991. No segundo semestre daquele ano, ele repudiou a filial tadjique, mas se dividiu no centro devido a uma disputa entre tártaros e caucasianos relativa à língua oficial de pregação nas mesquitas de Moscou (Roy, *ibid*, p. 155-6).

Em fevereiro de 1989, o primeiro grande protesto público do período da perestroika se deu em Tashkent quando centenas de pessoas se reuniram nas ruas que ligavam as principais mesquitas da cidade com o centro em oposição a Shamsuddin Babakhanov, o mufti do Diretório Espiritual da Ásia Central e do Cazaquistão, acusado pela população de beber álcool excessivamente, de ser mulherego e de não cumprir suas funções como líder da comunidade

muçulmana. As autoridades oficiais – através do chefe do Conselho de Ministros – responderam que a separação entre Estado e religião impedia o governo de intervir e substituir o líder religioso. Todavia, Babakhanov foi logo substituído por Muhammad Sodiq Muhammad Yusuf, reitor do Instituto Islâmico (madrassa) de Tashkent (Polat, 2000, p. 41, Bohr, 1998, p. 26).

Sob a liderança de Sodiq, depositário do apoio do governo local e logo eleito para o Congresso dos Deputados do Povo (o parlamento soviético em Moscou), uma relativa liberalização da vida islâmica no Uzbequistão se verificou. Com a instalação de Sodiq, o *muftiyya* sofreu uma mudança de quadros que transformou o caráter “oficial” do Islã no país, retirando aqueles ainda leais ao regime antigo. Sodiq se opôs à criação do PRI uzbeque, afirmando que o Islã não reconhece partidos ou facções (Polat, *ibid*, 44, Bohr, *ibid*). A vinculação de Sodiq ao governo rendeu-lhe opositores em meio à população, mas ele foi capaz de produzir algum equilíbrio em torno de sua posição ao fomentar a restauração e criação de mesquitas e madrassas pelo país. O mufti era considerado, mesmo por opositores, um dos clérigos mais bem educados da Ásia Central, e a sua postura pró-ativa produziu certa autonomia em relação ao governo (Polat, *ibid*, p. 42).

O período de liderança de Sodiq à frente do Diretório Espiritual do Uzbequistão independente (os diretórios foram mantidos e nacionalizados em cada Estado centro-asiático) foi marcado por uma emergente crise no sistema educacional do país, o qual, devido a problemas orçamentários, era incapaz de manter as escolas, universidades e os salários dos professores. Entretanto, o patrocínio e a doação de fundos de países islâmicos para a construção e as reformas de centros de educação islâmica no Uzbequistão produziram a percepção de que a educação religiosa e o Islã seriam a solução para os problemas do país e uma fonte de orientação em meio à retração do comunismo como ideologia de Estado. Nesse contexto, a mídia passou a progressivamente cobrir e reportar sobre temas islâmicos e material religioso passou a ser publicado por líderes islâmicos após a redução da censura (*Ibid*, p. 43).

O início da mobilização política islâmica no Uzbequistão, bem como a postura considerada excessivamente independente de Sodiq, terminaram por causar a sua exoneração e substituição em 1993. Essa mobilização ocorreu a partir de fins de 1991 na cidade de Namangan, no Vale do Fergana, onde o movimento islâmico (e milícia) Adolat (Justiça) foi criado. O movimento foi organizado por

jovens, a maioria dos quais desempregados, vinculados a uma *mahalla* (organização local de bairro) e a membros de uma associação esportiva (kung fu) e que freqüentavam uma mesquita em particular. O líder do movimento era Tohirjon Yuldashev, um jovem de 24 anos que abandonou a universidade e é conhecido por ser um orador ardente e um organizador brilhante. Yuldashev tinha como braço direito Jumaboi A. Khojaev, de 22 anos, que havia sido conscrito pelo exército soviético em 1987 e lutado no Afeganistão, e que assumiu o nome de guerra de Juma Namangani (em homenagem à sua cidade natal). O Adolat chegou a organizar uma espécie de milícia local que patrulhava as ruas e combatia o crime na cidade, sendo que a efetiva redução dessas taxas rendeu ao grupo uma base de apoio popular (Bohr, 1998, p. 26, Roy, 2000, p. 156, Lubin et. al., 1999, p. 48, Polat, 2000, p. 45, Rashid, 2002, p. 137).

Em 8-9 de dezembro de 1991, o movimento tornou-se violento ao tomar a sede regional do ex-partido comunista para transformá-la em um centro islâmico, o que ocorreu após a recusa do prefeito (hakim) de conceder-lhes terras para a construção de uma mesquita. O evento produziu uma visita do presidente Karimov a Namangan em dezembro, quando ele se dirigiu em discurso a cerca de uma centena de oficiais locais. O fato de que quatro representantes da comunidade islâmica local, que haviam sido convidados, foram impedidos de participar da reunião provocou a mobilização de protestantes quando esses quatro indivíduos retornaram às suas mesquitas e relataram às congregações o ocorrido. Um grande protesto público foi, então, organizado na cidade de Namangan pelo movimento Adolat com a colaboração de grupos afiliados. Quando a multidão se formou, o presidente Karimov já havia retornado a Tashkent. Os protestantes passaram a noite em frente à sede do governo local. Na manhã seguinte, logo antes da realização das eleições presidenciais uzbeques que se aproximavam, Karimov retornou à cidade e se pronunciou perante a multidão que protestava e que lhe apresentou uma lista de demandas, as quais incluíam a declaração do Islã como religião oficial do Estado, a introdução da sharia e a conversão dos prédios do partido comunista em centros islâmicos e um hospital para mulheres. Após prometer que iria considerar as demandas e submetê-las à apreciação do parlamento, Karimov partiu e a multidão se dissipou. O protesto foi pacífico, mas alguns líderes, como Yuldashev, foram particularmente agressivos com o

presidente (Polat, *ibid*, p. 45-6, Rashid, *ibid*, p. 137-8, Bohr, *ibid*, p. 27, Khazanov, 1995, p. 146, Lubin et. al, *ibid*, p. 49).

Em março de 1992, após a substituição do hakim local, Karimov ordenou a repressão do movimento Adolat. Mais de 70 membros – lideranças – foram presos e os demais fugiram do país para destinos como o Tadjiquistão e o Afeganistão. Yuldashev e Namangani fugiram para o Tadjiquistão, onde se juntaram aos quadros do PRI tadjique (Lubin et. al., *ibid*, Bohr, *ibid*, Rashid, *ibid*, p. 140, Polat, *ibid*, p. 46-7). Yuldashev e Namangani se tornariam os fundadores do Movimento Islâmico do Uzbequistão, o qual veio a declarar jihad contra o governo Karimov em 2000. Após o início da guerra civil tadjique, Yuldashev viajou para o Afeganistão e, posteriormente, para o Paquistão, a Arábia Saudita, o Irã, os Emirados Árabes Unidos e a Turquia, nos quais ele buscou se instruir sobre movimentos islâmicos e com eles estabelecer contatos (Rashid, *ibid*).

Nesse contexto de liberalização – mas também de politização crescente – do Islã, a postura de independência de Sodiq, bem como sua manifestação de apoio a um membro da oposição tadjique – que agregava o movimento islâmico e contra a qual o governo uzbeque se aliou¹⁵² – provocaram a sua exoneração e substituição por Hajji Mukhtar Abdullah, um naqshbandi da cidade de Bucara¹⁵³. Sodiq veio a se exilar para evitar ser perseguido devido a acusações de envolvimento com movimentos islamitas (Bohr, 1998, p. 27, Roy, 2000, p. 158, Polat, 2000, p. 50).

¹⁵² Enquanto a oposição tadjique recebia apoio do líder afegão de etnia tadjique, Ahmad Shah Massoud, o governo tadjique recebia apoio dos governos russo e uzbeque. Em 1992, Imomali Rakhmonov, ex-presidente de uma fazenda coletiva no período soviético, foi eleito presidente do Presidium parlamentar e, posteriormente, presidente do país, sucedendo o antigo e combatido grupo de remanescentes da era comunista. O desenrolar da guerra civil e a intermediação da Organização das Nações Unidas levaram à assinatura de um acordo de paz, em 1997, que contemplou a integração da oposição democrático-islâmica no governo do país, ainda dirigido por Rakhmonov, após o que o governo uzbeque retirou o seu apoio ao presidente (Roy, 2000, p. 141, Olcott, 2005, p. 4, Gleason, 2001, p. 1089). Massoud veio a apoiar o acordo de paz, o qual foi oposto por Namangani (Rashid, 2002, p. 144-5). Há indícios de que o Uzbequistão apoiou a incursão do coronel de etnia uzbeque Makhmud Khudoiberdiyev no norte do Tadjiquistão em novembro de 1998. A região norte, onde há grande contingente de uzbeques étnicos e que de 1943 a 1992 havia fornecido as lideranças políticas tadjiques, as quais haviam beneficiado sua terra natal, foi alijada no processo de estabelecimento do acordo de paz e do novo governo tadjique. Após fugir em 1997 para o Uzbequistão, Khudoiberdiyev empreendeu um levante após a incursão de sua milícia a partir do território uzbeque na região setentrional tadjique de Leninabad, a qual havia sido, em grande medida, poupada na guerra civil (Lubin et. al., 1999, p. 50-2, Cornell, 2000, p. 128-9, Polat, 2000, p. 55-6).

¹⁵³ Esse fato é mais uma prova de que no Uzbequistão, os ulemas e os clérigos vinculados às madrassas e aos centros históricos de ensino islâmico sempre estiveram ligados ao sufismo e ao Islã popular. A permanência da dicotomia entre o Islã e o clero oficial e paralelo no Uzbequistão independente não implica, necessariamente, que estejam em oposição permanente ou desvinculados um do outro (Roy, 2000, p. 151).

A percepção da crescente importância do Islã para os uzbeques levou o presidente Karimov a buscar credenciais islâmicas para incrementar sua autoridade pessoal. Em 1992, ele fez o seu juramento presidencial sobre o Corão e na ocasião da extensão de seu mandato por referendo, ele jurou simultaneamente sobre o Corão e a constituição do país. Karimov realizou o *hajj*, a peregrinação a Meca, e após a extensão de seu mandato, fez uma pequena viagem à Arábia Saudita, onde se reuniu com as autoridades e apresentou a viagem como um hajj menor. Por um breve período, membros do Adolat foram soltos da prisão (Polat, *ibid*, p. 46, Bohr, *ibid*, Cornell, 2000, p. 133-4, Beckwith, 2000, p. 1004, nota 24).

Ao mesmo tempo em que buscava melhorar sua imagem através do apelo ao Islã, Karimov, em resposta ao Adolat, à proliferação de mesquitas e dos sinais de crescente politização da religião, tomou medidas para colocar a prática religiosa e os praticantes islâmicos sob o controle estrito do Estado, recorrendo aos argumentos das ameaças representadas pela radicalização islâmica no Tadjiquistão e no Afeganistão, países assolados pela guerra civil, para justificar suas medidas (Cornell, *ibid*, p. 134, Bohr, *ibid*, p. 29-30). O principal instrumento do exercício de controle sobre a prática religiosa no país é o Comitê para Assuntos Religiosos vinculado ao gabinete de ministros, o qual é especialmente vigilante das relações entre instituições religiosas e organizações islâmicas estrangeiras (Bohr, *ibid*, p. 27).

Nessa conjuntura, a política de repressão a muçulmanos considerados perigosos pelo regime se consolidou. A partir de 1993-4, prisões em massa de clérigos independentes começaram a ocorrer sob as acusações recorrentes de porte de narcóticos e armas, os quais são freqüentemente plantados pelas forças policiais. Essa prática recorrente foi nomeada de “politnarcomania”, ocorrendo com particular intensidade no Vale do Fergana. Mesquitas importantes têm sido fechadas, imãs independentes têm sido presos ou removidos e praticantes comuns molestados com regularidade. Uma forte reação se seguiu ao desaparecimento de um influente teólogo islâmico e principal imã de Andijan, Abduvali Mirzoev, que foi raptado no aeroporto de Tashkent em agosto de 1995, juntamente com seu assistente, quando se dirigia a Moscou para participar de uma conferência islâmica. Em setembro de 1997, um outro assistente do xeique desapareceu, e em março de 1998, o imã da mesquita de Tukhtaboi em Tashkent, Obidkhon Nazarov, desapareceu juntamente com seu filho de treze anos, sendo que as forças de

segurança uzbeques (o serviço de segurança nacional, sucessor da KGB) é freqüentemente acusado pelos desaparecimentos (Bohr, *ibid*, 27-8, Rashid, 2002, p. 145-6, Polat, 2000, p. 50-1). Em junho de 1997, o mufti Abdullaev foi removido do cargo devido à sua alegada falta de autoridade e substituído por Abdurashid Qori Bakhromov, o qual tomou, como uma de suas primeiras medidas no posto, a decisão de remover os sistemas de alto-falantes de algumas mesquitas de Tashkent, uma medida impopular entre os fiéis (Bohr, *ibid*, p. 28).

Um outro incidente, ocorrido em Namangan em dezembro de 1997, levou o governo uzbeque a incrementar sensivelmente o nível de repressão contra os praticantes islâmicos do país. Em 2 de dezembro, um capitão da Inspetoria de Veículos Motorizados do Estado, uma força policial do Ministério de Assuntos Internos, foi decapitado por um grupo de homens mascarados e sua cabeça exposta nos portões da sede. Três policiais morreram no dia 19 no fogo-cruzado ao tentarem capturar um suspeito do assassinato do capitão. A reação do governo foi rápida e decisiva. Reporta-se que mais de mil homens foram presos em Namangan e Andijan, tendo muitas dessas prisões sido arbitrárias – realizadas após o implante de armas e drogas nas casas e nos carros dos suspeitos. Qualquer homem com uma barba era questionado pela polícia. Em 8 de janeiro de 1998, o Diretório Espiritual publicou um decreto proibindo o uso de alto-falantes para o chamado às orações e prevendo a destituição dos imãs que não o cumprissem (Lubin et. al., 1999, p. 53-4, Bohr, *ibid*, Rashid, 2002, p. 146, Polat, 2000, p. 47).

Os eventos de Namangan foram atribuídos à ação de “wahhabitas” em território uzbeque. Em maio de 1998, uma nova e altamente repressiva lei “Sobre a Liberdade de Consciência e Organizações Religiosas”¹⁵⁴ foi aprovada pelo parlamento uzbeque (Bohr, *ibid*, p. 29, Polat, 2000, p. 51). Durante a discussão da lei no parlamento, ocorrida após o fato de um grupo de muçulmanos preso em Andijan admitir ter recebido treinamento de Namangani, Karimov pronunciou sua famosa frase: “Essas pessoas devem receber um tiro na cabeça. Se necessário, eu mesmo atirarei nelas” (Lubin et. al., 1999, p. 53, Bohr, *ibid*, Rashid, 2002, p. 146, Beckwith, 2000, p. 1003, nota 22).

A lei, aprovada pelo parlamento em 1º de maio, entrou em vigor através de sua publicação na imprensa uzbeque em 15 de maio. Ela teve como antecedentes a

¹⁵⁴ Uma versão em inglês da lei está disponível em Beckwith (2000, p. 1040-8).

lei uzbeque homônima, promulgada em 1991, e a lei russa sobre a liberdade de consciência, aprovada em 1997. A nova lei restringe ou abole a maioria das provisões da lei uzbeque anterior relativas ao livre exercício da liberdade de consciência e de religião e pode ser vista como uma réplica extremamente dura de sua contraparte russa (Beckwith, *ibid*, p. 1014-5). Apesar dos objetivos proclamados da lei, contidos no seu suave prefácio¹⁵⁵, ela consolida três categorias de restrições de liberdades religiosas fundamentais – em tensão com disposições da própria constituição uzbeque¹⁵⁶. Essas categorias são: (i) provisões restringindo a liberdade de manifestar convicções religiosas; (ii) provisões restringindo a liberdade de disseminar idéias religiosas; e, por fim, (iii) provisões restringindo a liberdade de reunião para propósitos religiosos (*Ibid*, p. 1015-6).

Entre as restrições da primeira categoria, temos: a) apenas clérigos podem usar vestimenta religiosa (incluindo barbas e chadors); b) as atividades religiosas são reguladas como assuntos de segurança nacional¹⁵⁷. Na segunda categoria, temos: a) proselitismo ou qualquer outro tipo de atividade missionária é proibido; b) apenas organizações religiosas às quais o *status* de “órgão centralizado de gerenciamento”¹⁵⁸ tenha sido outorgado podem disseminar literatura religiosa; c) o ensino privado de princípios religiosos é proibido¹⁵⁹; d) o uso da religião para

¹⁵⁵ O prefácio diz que “o objetivo da presente lei é assegurar o direito de cada pessoa à liberdade de culto e religião, bem como a igualdade dos cidadãos a despeito de suas convicções religiosas...” (*apud* Beckwith, *ibid*, p. 1015-6).

¹⁵⁶ O artigo 19 da constituição da República do Uzbequistão diz: “A todos deve ser garantida a liberdade de pensamento, discurso e convicções. Todos devem ter o direito de buscar, obter e disseminar qualquer informação, exceto aquela que for dirigida contra o sistema constitucional existente e em alguns outros casos especificados por lei. A liberdade de opinião e sua expressão podem ser restritas pela lei se qualquer segredo de Estado ou outro estiver envolvido” (Constituição da República do Uzbequistão, artigo 29). É notório que há várias contradições na constituição do país, a qual foi submetida à apreciação de consultores da Ordem dos Advogados Americana (*American Bar Association*) antes de sua promulgação. Todavia, os consultores receberam a versão preliminar do texto apenas uma semana antes da votação, o que impediu que seus comentários fossem incorporados na versão final (Kangas, 2001, p. 136).

¹⁵⁷ Emendas ao código penal uzbeque, aprovadas após a promulgação da nova lei sobre liberdade de consciência, elevaram o *status* e as punições para atividades religiosas não registradas para o mesmo nível de questões como corrupção, crime organizado e tráfico de drogas, impondo penas que vão de cinco anos de prisão a multas de cem salários mínimos para vários delitos religiosos (mesmo pacíficos) (Beckwith, 2000, p. 1019). O salário mínimo uzbeque é de, aproximadamente, \$11 dólares, o que eleva as multas a quantias que variam de \$550 a \$1.100 dólares, o equivalente a 4-8 anos de salários para o cidadão médio uzbeque (*Ibid*, p. 1022, nota 114).

¹⁵⁸ Esse *status* é de difícil obtenção. Ele requer – para que sua concessão seja discutida – que esse órgão congregue pelo menos oito organizações religiosas registradas de oito entidades territoriais distintas da república uzbeque (Beckwith, 2000, p. 1022, nota 117).

¹⁵⁹ Essa provisão já existia na lei de 1991 e é bastante mais radical do que a sua contraparte na lei russa, a qual não proíbe o ensino de princípios religiosos no lar e permite, sob várias circunstâncias, que grupos religiosos não registrados se reúnam em casas (Beckwith, 2000, p. 1023-4).

disseminar idéias desestabilizadoras é proibido¹⁶⁰; e) o envolvimento de menores em organizações religiosas é proibido¹⁶¹. Na terceira e última categoria relevante, temos: a) a criação de movimentos sociais baseados em religião é proibida; b) uma organização religiosa não pode funcionar até que tenha um mínimo de cem assinaturas de cidadãos adultos¹⁶²; c) de modo a formar um “órgão administrativo central”, uma religião deve ter pelo menos oito associações religiosas registradas de oito entidades territoriais diferentes (Ibid, 1015-33). O principal efeito e problema da lei de 1998, conforme argumenta Beckwith (ibid, p. 1034), não é que ela tenta criminalizar a violência ou o derramamento de sangue, mas que ela termina por criminalizar a religião como meio de prevenir a ocorrência deles¹⁶³.

Essa lei representa, amplamente, a prática do governo uzbeque de *produzir uma cobertura legal para tomar medidas extremas* (Ibid, p. 1011, ênfase acrescentada)¹⁶⁴. Vale notar, ademais, que à exceção de um seminário ortodoxo russo, um seminário protestante e um seminário judeu, todas as instituições de educação religiosa do país são gerenciadas pelo Diretório Espiritual de Muçulmanos do Uzbequistão, o qual é mantido pelo governo (Ibid, p. 1024, nota 125). Esse fato, aliado às exceções abertas para o registro de organizações religiosas cristãs, dentre outras, caracteriza uma prática de repressão que alveja, especificamente, os praticantes da religião muçulmana (Rashid, 2002, p. 85), mas que termina, efetivamente, por suprimir o espaço para a prática religiosa no país.

¹⁶⁰ O conceito de “idéia desestabilizadora” é ambíguo, mas, em geral, se refere a idéias “antiestatais, anticonstitucionais, que incitem hostilidade, ódio e discordância interétnica, ou que solapem as normas éticas e a harmonia civil” (Beckwith, 2000, p. 1026).

¹⁶¹ Essa provisão, ligada ao fato de que a educação religiosa pública é proibida até que a criança tenha completado a educação primária e secundária obrigatória no Estado, e à outra provisão da lei que proíbe o ensino religioso privado e a participação de menores em organizações religiosas, tem por efeito final barrar completamente o acesso a uma educação religiosa a todas as crianças até que tenham adentrado a universidade (Beckwith, 2000, p. 1027).

¹⁶² Exceções a esse requisito foram abertas para permitir o registro de algumas pequenas organizações religiosas cristãs e de outras minorias (Beckwith, 2000, p. 1030).

¹⁶³ O próprio Departamento de Estado americano manifestou a sua posição para as autoridades em Tashkent de que a lei deveria ser modificada ou substituída e que ela é “uma das mais duras no mundo” (Beckwith, 2000, p. 1033, nota 173).

¹⁶⁴ Isso não representa um mero recurso instrumental ao ordenamento jurídico por parte das elites estatais, o que implica que a securitização não é e não pode ser um mero ato de “partir para cima de grupos” por aquelas elites, como poderiam afirmar alguns de nossos críticos. Primeiramente, do ponto de vista lógico, o Estado não “partiria para cima”, ou agiria contra, grupos se estes não fossem considerados como algum tipo de ameaça. *Em segundo lugar, e principalmente, conforme já argumentamos, não basta – para caracterizarmos um processo de securitização – que o Estado identifique grupos como ameaças e aja contra eles (o mero “partir para cima”), é preciso que haja novas práticas e regras que conflitem com as anteriores, isto é, extensão do controle estatal sobre a sociedade, do que decorre a demarcação da comunidade política (a exclusão de vínculos anteriores com o Estado) e o processo de construção estatal (das instituições estatais).*

Após os eventos e as prisões em massa em Namangan, a repressão incrementada contra os muçulmanos levou vários deles a se refugiarem em países vizinhos (Tadjiquistão e Afeganistão, principalmente) e expandirem os quadros de mujahidins uzbeques (Polat, 2000, p. 47, Rashid, *ibid*, p. 144-5). Namangani, que se opôs ao acordo de paz tadjique, havia sido convencido a descer das montanhas e desmobilizar suas forças, o que ele fez, mantendo alguns guerrilheiros em seu acampamento no Vale do Tavildara. Namangani se estabeleceu em uma pequena vila chamada Hoit, próxima da principal rodovia de acesso à fronteira com o Quirguistão, onde ele adquiriu uma grande fazenda. As evidências indicam que, a partir de então, Namangani se envolveu com o transporte de heroína do Afeganistão para o Tadjiquistão, a qual seguia da Rússia para a Europa. Os recursos que ele auferia com o tráfico eram dirigidos para a manutenção de sua família, sua comitiva crescente em Hoit e para a recepção de seus freqüentes visitantes (Rashid, *ibid*). Namangani não é creditado com qualquer conhecimento aprofundado do Islã ou vínculo a uma ideologia islâmica, sendo considerado um homem intelectualmente simples, com experiência militar, que apenas odeia o governo uzbeque (*Ibid*, p. 143).

Com a repressão pós-Namangan e o número crescente de uzbeques que fugiram de seu país e se juntaram a Namangani, incitando-o a reassumir a luta armada contra “a repressão e as atrocidades que o governo Karimov estava cometendo” e exortando-o para que “aja agora, faça algo, a situação em casa está terrível e você está aqui sentado confortavelmente” (*ibid*, p. 144), Namangani cedeu às pressões. Após o retorno de Yuldashev ao Tadjiquistão em 1997, eles decidiram agir juntos. Em 1998, Yuldashev viajou para o Afeganistão, no qual ele se encontrou com Namangani, em Cabul, onde eles anunciaram a criação do Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU) e declararam jihad contra o regime Karimov (*Ibid*, p. 148, Cornell e Spector, 2002, p. 196).

Outro movimento islâmico emergiu na região a partir de meados da década de 90. O seu nome é Hizb ut-Tahrir (HT, o Partido da Liberação). O HT foi criado em Jerusalém, em 1953, com a plataforma de criação de um novo califado que viria a unir toda a comunidade islâmica e de promoção de um modo de vida islâmico. A sua plataforma de instalação do califado é explicitamente não violenta. Os seus quadros são compostos, majoritariamente, pela juventude urbana relativamente educada, que dissemina a mensagem do grupo através da

distribuição de panfletos em áreas rurais e em meio aos segmentos mais pobres da sociedade (Cornell e Spector, *ibid*, p. 2000, Olcott, 2005, p. 29). O HT existe tanto no Uzbequistão quanto no Tadjiquistão e no Quirguistão e é ilegal em todos eles, mas é no Uzbequistão que ele é mais duramente reprimido (Olcott, *ibid*, p. 152). A esse respeito, vale transcrever uma tira de humor uzbeque publicada na internet:

“Na Praça da Independência de Tashkent, um homem mata uma mulher a sangue frio na frente de dezenas de pessoas e alguns policiais. O assassino facilmente atravessa a multidão e desaparece. A multidão se enfurece e começa a xingar os policiais. Pouco tempo depois, eles conclamam o Ministério dos Assuntos Internos a intervir. Ao descobrir o que havia ocorrido, um oficial comandante do ministério aparece na cena e diz agressivamente aos policiais: ‘Seus imprestáveis, por que vocês não detiveram o assassino? Seus filhos de umas putas! Eu vou demitir todos vocês’. Ao que os policiais respondem: ‘Camarada General, nós sentimos muito, mas o fato é que nós esquecemos de trazer narcóticos e os panfletos do Hizb-ut-Tahrir conosco’” (Zanca, 2004, p. 104)¹⁶⁵.

Em 16 de fevereiro de 1999, conforme discutimos na seção anterior, o primeiro atentado terrorista uzbeque ocorreu na Praça da Independência através da explosão de carros bomba, após o que os perpetradores do ataque fugiram. As autoridades chegaram a acusar o MIU, cujos dirigentes negaram a acusação. Após o evento, Karimov afirmou que mandaria prender qualquer pai cujo filho se juntasse ao Movimento, dizendo que “se meu filho escolhesse tal caminho, eu mesmo arrancaria a sua cabeça” (Rashid, 2002, p. 150)¹⁶⁶. Os familiares de Yuldashev e Namangani, particularmente suas mães, foram molestados e forçados a vir a público e a renegar/amaldiçoar os seus filhos (Ibid, p. 146-7).

Em 1999 e 2000, o MIU empreendeu incursões nos territórios dos três países no Vale do Fergana. Em 1999, cidadãos estrangeiros foram raptados. Geólogos japoneses foram raptados nas montanhas quirguizes, sendo que os rumores indicam que o governo japonês pagou milhões de dólares para assegurar sua libertação, após o que houve uma temporária redução de negócios e assistência

¹⁶⁵ Essa jocosa, mas também reveladora, passagem desvela não só a perseguição sistemática de ativistas islâmicos como também a prática recorrente da politnarcomania no Uzbequistão.

¹⁶⁶ Do ponto de vista retórico, a estratégia discursiva antiislâmica – eivada de contradições – de Karimov se distingue por duas características: a tentativa de desqualificar as motivações ideológicas e religiosas dos terroristas, representando-os como criminosos interessados em ganho econômico, e a apresentação de uma dicotomia entre um Islã doméstico autêntico, leal e apolítico em contraposição às influências islâmicas estrangeiras, extremistas e desestabilizadoras (Horsman, 2005, p. 204-6). A primeira é contraditória porque se suas motivações não são religiosas, então a securitização do Islã não se justifica. A segunda também o é porque há tanto uma base nativa para alguns movimentos extremistas islâmicos – como o MIU – quanto há vertentes mais fundamentalistas do Islã local, e certamente mais do que nas zonas tribais, por exemplo.

japonesa ao Quirguistão (Olcott, 2005, p. 79). Após as explosões em Tashkent, o governo uzbeque unilateralmente instalou minas nas áreas de fronteira com os dois países para impedir a entrada de militantes do MIU. Todavia, os maiores prejudicados foram os fazendeiros da região, que se tornaram vítimas, junto com o seu gado, de explosões, o que prejudicou sensivelmente o comércio entre os países (Ibid, p. 50).

Após as explosões e as incursões de extremistas islâmicos, não era mais incomum que o presidente expressasse que a maior ameaça ao Estado uzbeque era oriunda da mobilização daqueles a que Karimov, após 1997, se refere como wahhabitas. O extremismo islâmico tornou-se, discursiva e praticamente, a fonte dos maiores medos do presidente¹⁶⁷. A própria nova Doutrina de Defesa Nacional, lançada em fevereiro de 2000, identifica o terrorismo e o extremismo religioso como a ameaça à segurança nacional (Tolipov e McDermott, 2003, p. 3, ênfase acrescentada, Beckwith, 2000, p. 1012, nota 68, Polat, 2000, p. 52). Outros atentados terroristas se materializaram em 2004, conforme discutimos na seção anterior, e foram prontamente atribuídos ao HT, gerando uma nova série de perseguições. Eles vieram a legitimar o incremento da aproximação dos países da Ásia Central, e do Uzbequistão em particular, com a Rússia, e as perseguições vieram a piorar a imagem internacional do país e afastá-lo dos Estados Unidos e da Europa. Estimativas indicam que existem mais de 7.000 prisioneiros no Uzbequistão cujo encarceramento – acompanhado de tortura, maus tratos e até morte – foi baseado em evidências forjadas pelo governo (Olcott, 2005, p. 151-2).

Não restam dúvidas de que, no Uzbequistão, os praticantes da religião muçulmana são submetidos aos piores abusos¹⁶⁸, o que, aliado a todos os tipos de restrição à liberdade da prática religiosa no país, levou muitos autores a concluir que é a ostensiva e intensa repressão por parte do governo que tem induzido a

¹⁶⁷ Segundo Karimov (1998, p. 19-20), “A história dá testemunho de que movimentos extremistas e fundamentalistas freqüentemente dão surgimento a sérios conflitos que ameaçam a estabilidade e a segurança. É por isso que a humanidade tem razões para estar apreensiva. Tais preocupações, no Uzbequistão, indicam a necessidade de fortalecer nossa soberania e assegurar a sua segurança”. É notório para muitos observadores que o presidente possui um “medo incomum e indiscriminado do Islã...” (Buzan e Waeber, 2004, p. 425). Paul Goble relata (de uma visita entre o presidente Karimov e o presidente da OSCE, Bronislav Geremek): “Como havia feito antes, Karimov insistiu que o fundamentalismo islâmico era a maior ameaça à estabilidade em seu país e em toda a região, que tal movimento poderia tanto desestabilizar a situação no Tadjiquistão ou levar ao poder um regime teocrático, como no Irã. E (Karimov) ainda argumentou que o ocidente deve compreender a necessidade de se tomar medidas fortes, até repressivas, contra os ativistas islâmicos” (Beckwith, 2000, p. 1012, nota 68).

¹⁶⁸ Olcott (2005, p. 152).

radicalização de muitos uzbeques em oposição às autoridades instituídas (Bohr, 1998, p. 30, Luong, 2004, p. 17, Polat, 2000, p. 57, Khazanov, 1995, p. 147, Beckwith, 2000, p. 1036-7)¹⁶⁹. Beckwith (ibid) afirma que esse processo pode ser bem compreendido através do conceito de “amplificação da polarização”. No caso, à medida que o governo restringe direitos e prerrogativas de uma classe específica de cidadãos, eles passam a se opor ao governo, pressionando-o para a restituição daqueles direitos. O governo passa a considerá-los uma ameaça à segurança nacional¹⁷⁰ e a oposição se consolida: enquanto a classe engloba o número crescente de insatisfeitos com o governo, este incrementa sua perseguição daqueles. Essa amplificação da polarização nada mais é do que o processo de securitização (e contra-securitização) colocado em curso pelo governo uzbeque.

O principal efeito do processo de securitização da religião – manifestado, inclusive, através de sua criminalização – no Uzbequistão foi a efetiva laicização da política e das instituições estatais uzbeques, isto é, *a produção de um Estado laico*. O fato de o Uzbequistão não ser um Estado poliárquico ou representativo confere um caráter especial à sua laicidade: diferentemente do caso de Estados democráticos ocidentais, como os Estados Unidos, onde grupos religiosos (e suas crenças) podem adentrar o processo político e as instituições políticas, no Uzbequistão isso não é possível. Lá, não pode haver representação política ou movimento social baseado em religião, e nem mesmo manifestações ou práticas religiosas públicas. O caráter laico do Estado, reconhecido apenas formalmente em artigo da constituição uzbeque, somente começa a ser institucionalizado – e com características distintas das ocidentais – após a identificação do Islã como ameaça pelas elites. Nessa questão, houve, de fato, uma continuidade das práticas soviéticas em relação à religião – considerada como uma ameaça à estabilidade e à segurança – no novo Estado. Se o presidente Karimov veio a criticar o imperialismo de russos e soviéticos e suas práticas de repressão da prática religiosa no Estado multinacional que controlavam, nesse quesito ele se iguala, ou até supera, os seus antecessores.

¹⁶⁹ Não é por acaso que um dos últimos relatórios da organização internacional Human Rights Watch, o qual lida com, e relata, especificamente, esses abusos, tem por título “**Criando Inimigos do Estado: a Perseguição Religiosa no Uzbequistão**” (*Creating Enemies of the State: Religious Persecution in Uzbekistan*) (Human Rights Watch Report, 2004).

¹⁷⁰ No Uzbequistão, o presidente “foi além da noção de que o Estado deveria simplesmente ‘gerenciar’ o Islã através de sua institucionalização e sua despolitização, no entanto, chegando à convicção de que ele deve ser eliminado como uma força social independente” (Luong, 2004, p. 22).

Queda notório que, a partir de todas as evidências que mobilizamos e relatamos, as ações extremamente repressivas do governo uzbeque são consideradas pela maior parte dos observadores como desproporcionais (em relação à ameaça) e indiscriminadas, alvejando, praticamente, toda a população, incluindo a maioria muçulmana, e expandindo os quadros de opositores do governo. Essa é uma conclusão a que atores políticos internacionais relevantes, como Estados Unidos, OTAN e União Européia, chegaram (somente) após os eventos de Andijan em maio de 2005. A securitização do Islã no país se tornou uma profecia que se cumpriu a si mesma, ou seja, que somente reforçou a concretização da ameaça que identifiquei.

A resposta violenta do governo aos protestos de 13 de maio de Andijan tem como pano de fundo não somente a oposição islâmica ao governo, mas também, como já argumentamos, a queda do governo Akaev no Quirguistão, após protestos concernentes ao processo eleitoral no país, em março de 2005. Os eventos de 13 de maio, segundo a maioria dos relatos compilados – inclusive por organizações internacionais – a partir dos relatos de testemunhas oculares e refugiados uzbeques, se iniciaram quando um grupo de pessoas tomou um depósito militar e atacou uma prisão local em Andijan, libertando alguns prisioneiros encarcerados sob acusações de atividade islâmica radical, e tomou os escritórios na sede do governo local.

Entre os prisioneiros estava um grupo de empresários locais, geralmente descritos como simples devotos muçulmanos, os quais empreendiam atividades de caridade através de programas criados para assistir a população pobre local. O governo, no intento de impedir a emergência de qualquer autoridade paralela na cidade, prendeu os empresários e os acusou de ser parte de um movimento islâmico extremista intitulado Akromiya, que as autoridades consideram como um braço do Hizb-ut Tahrir. O grupo que invadiu a prisão era composto por parentes dos empresários, os quais buscavam libertá-los antes da realização do seu julgamento. Reporta-se que pelo menos nove pessoas foram mortas e 34 feridas nessa operação. Enquanto isso, protestantes que se organizaram em frente à sede da administração regional, na praça central, vocalizaram suas reclamações contra as políticas econômicas e outras do governo e conclamaram Karimov a pedir demissão. Apesar do fato de que os protestos foram mobilizados por pessoas ligadas à tomada da prisão e dos escritórios, a maioria absoluta dos protestantes

estava desarmada. Contatos e comunicação foram aumentando o número de protestantes na praça. A partir das cinco da tarde, forças do exército, transportadas em veículos blindados e fortemente armadas, cercaram a praça e abriram fogo indiscriminadamente contra a população, matando idosos, crianças, mulheres etc. (Eurasia Insight, 16/05/2005, Radio Free Europe/Radio Liberty, Factbox: Andijon Timeline, novembro de 2005, Olcott, 2005, p. 18-9, Eurasianet – Civil Society, 07/06/2005, Eurasianet – Civil Society, 20/09/2005).

Imediatamente após os eventos, manifestações internacionais de preocupação e indignação com o uso “excessivo e desproporcional” da força e com a “apavorante perda de vidas” vieram à tona (Radio Free Europe/Radio Liberty, 23/05/2005). A OTAN, o governo americano, a União Européia e a OSCE, por exemplo, logo demandaram que o governo uzbeque permitisse a instalação de uma comissão investigadora internacional para apurar os eventos, ao que as autoridades uzbeques fortemente se opuseram, dizendo que tal comissão era desnecessária e que sua instalação jamais ocorreria. Dada a crescente pressão internacional sobre o governo uzbeque, inclusive aquela exercida pelos Estados Unidos, aquele, sentindo-se crescentemente acuado, solicitou ao governo estadunidense em julho de 2005 que retirasse suas tropas e desocupasse a base de Karshi-Khanabad até o fim do ano, o que ocorreu. Membros do congresso americano visitaram o país logo após os eventos e se mobilizaram para impedir a transferência de fundos devida pela cessão da base K2 após o ultimato uzbeque. A União Européia (UE) e o governo suíço instituíram sanções contra o governo Karimov (proibição de venda de armas e de fornecimento de vistos a membros do governo uzbeque). A União Européia suspendeu formas de assistência vinculadas ao seu Acordo de Parceria e Cooperação com o Uzbequistão. Anualmente, a UE fornece mais de dez milhões de euros em ajuda ao Uzbequistão por ano, sendo que o Acordo exige do país respeito à democracia, aos direitos humanos e ao império da lei. Deputados da Câmara de Representantes americana exortaram a administração Bush a inserir o massacre de Andijan na agenda do Conselho de Segurança da ONU no intuito de indiciar o governo uzbeque no Tribunal Penal Internacional (Eurasia Insight, 07/10/2005, Radio Free Europe/Radio Liberty, 23/05/2005, Eurasia Insight, 29/09/2005, Radio Free Europe/Radio Liberty, 02/06/2005, Radio Free Europe/Radio Liberty, 14/11/2005, Radio Free Europe/Radio Liberty, 31/01/2006).

A reação resoluta da sociedade internacional (do ocidente, a rigor) contra a ação governamental altamente repressiva de 13 de maio, em Andijan, marca o princípio de sua intervenção no processo de construção do Estado uzbeque, particularmente contra a destituição de subjetividade política e a violência aos quais a população tem sido submetida, denotando uma rejeição dos fundamentos discursivos e empíricos do processo de securitização instaurado no país sob a liderança do presidente Karimov. Essa intervenção indica, ademais, que em um mundo crescentemente integrado e globalizado, a sociedade internacional se torna uma audiência mais relevante (e participante, portanto) dos processos de construção estatal em curso.

No caso do Uzbequistão, como a sociedade uzbeque tem irrisória influência no direcionamento das políticas do Estado e como ela é a própria vítima (e fonte de ameaça) do processo de securitização do Islã lá instaurado, a sociedade internacional torna-se a audiência relevante – a fonte de recursos – para que o Estado uzbeque possa combater a ameaça identificada e se reproduzir no tempo. Contudo, a efetiva rejeição, por setores importantes da audiência internacional, de anuir e fornecer recursos para a continuidade desse processo no tempo fragiliza as bases de sustentação da securitização, tendendo a provocar a sua desestruturação. Nesse cenário, as lideranças uzbeques são forçadas a uma aproximação de países importantes (grandes potências), como Rússia e China, dos quais possa auferir apoio e recursos para se manter no poder. O fortalecimento e a crescente importância da Organização de Cooperação de Xangai para o Uzbequistão tem esse fundamento.

As pressões e sanções internacionais e, principalmente, ocidentais, têm progressivamente isolado o Uzbequistão, transformando-o em um “*outsider state*” relativamente à sociedade internacional, sobre o que Buzan, Waeber e Wilde (1998, p. 153-4) têm algo interessante a dizer:

“Estados isolados [*outsider states*] enfrentam um dilema duplo. Tornou-se aceito como parte de um emergente ‘padrão de civilização’ que um Estado civilizado é uma economia de mercado aberta e democrática. Os Estados devem ou aceitar isso (e então se abrirem ao centro) ou rejeitá-lo (e enfrentar não somente a exclusão do patamar mais elevado de Estados, mas também se tornar menos um Estado aos olhos da sociedade internacional e, portanto, mais exposto à intervenção do centro).”.

A recusa a reformar os seus padrões de construção estatal, particularmente de abandonar a política de repressão de sua ainda não democraticamente franqueada comunidade política, pode causar o colapso do regime uzbeque tanto através da mobilização da oposição popular no país quanto por meio de uma intervenção da sociedade internacional para evitar justamente tal cenário, o qual pode vir a incluir o colapso das instituições políticas e da ordem social na Ásia Central como um todo. Dados os rumores da saúde crescentemente frágil do presidente Karimov – o que aproxima a ocasião de um processo de transferência de poder ainda amplamente indefinido, acompanhar o desenrolar dos eventos no Uzbequistão torna-se uma tarefa relevante e necessária.

4.5

Considerações Finais

O tema fundamental do estudo empreendido nesse capítulo foi a investigação e a problematização do processo de construção do Estado uzbeque – e de sua comunidade política em particular – relativamente aos processos de securitização referentes às ameaças identificadas do neoimperialismo russo e da politização do Islã. Na primeira seção, investigamos a construção das instituições políticas uzbeques – a história política do país – em seus primeiros quinze anos de existência, salientando o fato de que essas instituições são, em grande medida, reapropriações de práticas e instituições consolidadas no país no período soviético e de que, a despeito das provisões em contrário contidas na constituição do país, ele permanece não-cívico, ou seja, fechado à participação e aos interesses políticos da população em geral.

Na segunda seção, e munidos das conclusões possibilitadas pelo estudo realizado na primeira seção, argumentamos, a partir de uma problematização da tipologia de Giddens sobre a organização política à luz da relação Estado-súditos, que o requisito de aceitação (interna) da violação de regras que definem a normalidade do jogo político, critério da Escola de Copenhague para a identificação da instauração de um processo de securitização, não se aplica – e nem pode ser requisito – para a securitização em Estados “patrimoniais” do ponto de vista daquela relação, sendo esse o caso do Uzbequistão independente. Ao invés disso, argumentamos que, à luz da teorização da Escola, a dimensão

normativa-legal-jurídica do processo de securitização ainda se faz presente no caso uzbeque, mas fundamentalmente como manifestação legal através da qual a extensão do controle estatal sobre a sociedade se expressa. Conforme argumentamos, a idéia de aceitação da atribuição de ameaça diz respeito, fundamentalmente, à reprodução no tempo dos efeitos do processo, e não à sua existência ou vigência.

A partir dessas constatações, procedemos, na terceira seção, à análise do processo de securitização do neoimperialismo russo, enfatizando sua dimensão discursiva, bem como os seus desdobramentos em políticas do Estado uzbeque. Argumentamos, desde o início, que este é um processo de securitização – no setor militar – mais frágil, uma vez que, primeiramente, um confronto militar direto com a Rússia ainda permanece impensável e inexequível e que algumas ações do governo uzbeque podem ser meramente interpretadas como práticas típicas de um Estado nacionalizante. Todavia, conforme a discussão e as evidências que estabelecemos, o tratamento da Rússia e da herança russa, em termos comparativos tanto externos (na Ásia Central) quanto internos (ao próprio Estado), refletiu uma articulação de perigo e ameaça não só no nível discursivo, mas compreendeu ações especificamente pensadas e voltadas para um distanciamento e neutralização desse perigo, gerando repercussões na política doméstica. Analisamos políticas internas do Uzbequistão, como a repressão inicial à presença e às atividades da mídia russa, as dificuldades impostas para a abertura e circulação de publicações do centro cultural russo no país, a redução de prerrogativas das populações russas e russófonas através da eliminação do *status* privilegiado da língua russa no país – mesmo sob o risco de provocar o êxodo de seu contingente populacional mais bem educado e tecnicamente competente e tensões entre comunidades étnicas etc. Externamente, traçamos as políticas uzbeques de afastamento da Rússia, incluindo a não-participação em organizações internacionais com liderança russa, e de aproximação do ocidente, como contraponto à Rússia, através da integração no programa “parceria pela paz” da OTAN e da busca de um relacionamento especial com os Estados Unidos. Esse processo culminou com a retirada uzbeque do Tratado de Segurança Coletiva da CEI em Washington, na comemoração de cinquenta anos da OTAN, ao mesmo tempo em que o país adentrava o grupo GUAM, então renomeado de GUUAM.

As políticas de afastamento e proteção contra a Rússia somente foram revertidas a partir da ascensão da mobilização violenta de grupos islâmicos radicais no país em conjunção com a aproximação de países relevantes e dotados de recursos, como os Estados Unidos. Todavia, o crescente distanciamento dos Estados Unidos ocasionado pelas violações de direitos humanos perpetradas continuamente pelo governo uzbeque e pela redução de sua importância estratégica para o governo estadunidense na esteira da campanha militar no Iraque principia uma inversão de papéis entre Estados Unidos e Rússia como, respectivamente, fonte de insegurança e de apoio político e recursos. A seção demonstrou, de forma ampla, que, conforme argumentamos em nosso segundo capítulo, o processo de construção de Estados é interno e externo ao mesmo tempo, isto é, as políticas interna e externa estão continuamente sendo moldadas em resposta ao ambiente externo e interno, respectivamente.

As evidências nos levaram à percepção da (ainda) incipiente instauração de um processo de nacionalização étnica no Estado, manifestado através da anulação do *status* privilegiado da língua russa e ascensão do uzbeque como língua estatal, o que engendrou o início um de processo de tensionamento das relações entre as comunidades étnicas no país. Além disso, argumentamos que, na esteira dos eventos de Andijan em maio de 2005, o Uzbequistão foi sendo crescentemente isolado pelo ocidente, o que prejudica a dimensão externa da consolidação de sua soberania, conforme discutimos no segundo capítulo, que é a sua integração na – e reconhecimento pela – sociedade internacional.

Por fim, na última seção do presente capítulo, concentramos nossa atenção sobre o processo de securitização do Islã político no Uzbequistão. Tentamos demonstrar, a partir de toda a evidência e dos dados que apresentamos, que se por um lado há, efetivamente, casos de mobilização islâmica radical no país, por outro, o processo de securitização do Islã político tem se baseado em respostas consideradas desproporcionais à ameaça, alvejando e reprimindo, indiscriminadamente, praticamente qualquer praticante da religião (e da maioria islâmica) no Estado. Em outras palavras, o governo veio a securitizar, na verdade, a religião (islâmica) no país, chegando a criminalizá-la, e não as manifestações radicais e violentas (ditas *wahhabitas*) vinculadas a ela. Além disso, os desdobramentos externos da relação entre Estado e súditos no Uzbequistão denotam, uma vez mais, que as políticas interna e externa de qualquer Estado se

integram em uma realidade política e social internacional crescentemente unificada, o que, cada vez mais, fragiliza as fronteiras – institucionalmente separadas, mas progressivamente diluídas, entre interno e externo.

Argumentamos que o efeito desses processos, em termos de construção do Estado (das instituições estatais uzbeques), foi a efetiva laicização da política naquele país. Esse processo de laicização, todavia, difere do ocidental na medida em que impede qualquer praticante ou crença religiosa de adentrar o sistema político e nele se fazer representar, coibindo, inclusivo, quaisquer manifestações e práticas religiosas no espaço público.

A resposta da sociedade internacional aos eventos de Andijan, atribuídos pelo governo uzbeque à ação de grupos islâmicos radicais, denotou que, pelo menos no ocidente, as bases argumentativas sobre as quais o processo de securitização do Islã político se assenta foram amplamente rejeitadas como justificativas para as medidas – consideradas excessivas – do governo contra a sua própria população. O desenrolar dos fatos denotou, ademais, que a sociedade internacional tem se tornado a audiência relevante dos processos de construção estatal hodiernamente, particularmente porque neles se verificam práticas altamente violentas que não se coadunam com as crenças coletivas contemporâneas (e nem com interesses estatais e coletivos mais amplos) que fundamentam a idéia – bem como as prerrogativas e os limites – da soberania estatal, crenças surgidas no ocidente e nas quais todos os países do globo foram, ou têm sido, socializados.